

Reflexões sobre a cooperatividade e sobre a intenção na comunicação

Reflections on cooperativity and intention in communication

José Henrique Pérez-Rodríguez

Universidade de Vigo (Uvigo) | Vigo

PO | ES

jhpr@uvigo.gal

<https://orcid.org/0000-0003-3172-1655>

Resumo: A comunicação humana costuma ser focada como uma atividade conjunta detentora do maior nível de cooperatividade, porquanto emissor e recetor desenvolvem papéis supostamente interdependentes num processo que, basicamente, consiste na inferência da intenção comunicativa do emissor por meio dos sinais que ele emite num determinado contexto comunicativo. Contudo, a alegada existência de formas de comunicação desintencional contradiz essa interpretação. Partindo do quadro geral da teoria das atividades conjuntas de Herbert H. Clark (1996), assume-se que a função geral da comunicação é facilitar a coordenação de atividades cooperativas e procede-se então a rever o papel da intenção comunicativa no quadro geral dos comportamentos coletivos. O objetivo é analisar o papel da intenção comunicativa na coordenação acional e na dinâmica da comunicação para verificar se ela faz parte inerente dessa dinâmica. As conclusões sugerem que a restrição determinada pelas possibilidades de cooperação que o contexto situacional oferece permite que a apreensão da situação possa constituir o fundamento primário da comunicação. Isso implica que os sinais do emissor apenas constituiriam uma parte desse contexto cuja contribuição para a determinação final da solução de coordenação entre os agentes seria variável. Como consequência, em termos de pura funcionalidade informativa, não parece existir uma diferença qualitativa entre a comunicação intencional e as transferências desintencionais de informação. Esse ponto de vista outorga centralidade ao recetor, envolve



uma redefinição do carácter cooperativo da comunicação, reforça a equiparação da comunicação com outros meios de coordenação e explica satisfatoriamente a existência da denominada “comunicação desintencional”.

Palavras-chave: intenção; intenção comunicativa; cooperação; coordenação; comunicação desintencional.

Abstract: Human communication is often depicted as a collaborative activity characterized by a high level of cooperativeness, as both sender and receiver assume supposedly interdependent roles in a process that essentially involves inferring the sender’s communicative intention through the signals emitted within a given communicative context. However, the alleged existence of unintentional forms of communication contradicts this interpretation. Building upon the overall framework of Herbert H. Clark’s joint activity theory (1996) and assuming that the overarching function of communication is to facilitate the coordination of cooperative activities, the role of communicative intention is reassessed within the general framework of collective behaviors with the aim of analyzing its function in action coordination and communication dynamics to verify whether it is an inherent part of this dynamic. In conclusion, it is suggested that the constraint imposed by the opportunities for cooperation offered by the situational context allows the apprehension of the situation to serve as the primary basis of communication. This implies that the signals from the sender would merely constitute a part of this context, the contribution of which to the final determination of the coordination solution between the agents would vary. As a consequence, in terms of purely informational functionality, there appears to be no qualitative difference between intentional communication and unintentional information transfers. This perspective shifts emphasis to the receiver, redefines the cooperative nature of communication, strengthens parallels of communication with other coordination devices, and offers a coherent account of so-called “unintentional communication”.

Keywords: intention; communicative intention; cooperation; coordination; unintentional communication.

1 Introdução

H. Paul Grice (1975) teve o mérito de ter elaborado o primeiro quadro teórico a salientar o caráter cooperativo da comunicação, característica que foi depois reconhecida e incorporada em diversos modelos teóricos, tais como a teoria da relevância ou, particularmente, o modelo colaborativo de Herbert H. Clark. De acordo com esse caráter cooperativo, acredita-se que a comunicação implica colaboração entre emissores e recetores, os quais estariam igualmente envolvidos no êxito da transmissão informativa. É um equilíbrio que contrasta com o tradicional modelo de código, mais voltado para o emissor. Contudo, no modelo prototípico de comunicação cooperativa ainda prevalece certa primazia do emissor por ser ele o agente que toma a iniciativa do processo, espelhada na sua intenção comunicativa. O propósito de Grice, já em *Meaning* (1957) com a pretendida demarcação do significado do emissor, era levar à frente uma psicologização da semântica, ou seja, a criação de uma semântica baseada nas intenções dos emissores e nos efeitos produzidos nos recetores; entendendo assim que as propriedades semânticas dos signos linguísticos decorreriam das intenções que as expressões costumam exprimir. Esta empreitada estava muito na linha do que estava a acontecer noutras disciplinas próximas, que também por essa época começavam a realizar uma viragem mentalista.

O conceito de intenção usado por Grice e, de modo geral, nos estudos pragmáticos, condiz com o emprego que se faz de tal expressão na linguagem comum (um “projeto” mental) e difere da noção filosófica de intencionalidade que desde Brentano (2014, p. 92-93) fica a designar de modo geral o conteúdo ou referencialidade (‘aboutness’) dos estados mentais; mais rigorosamente, a maneira que teriam os objetos extramentais de *in-existirem* na mente. Entende-se, pois, que as intenções, incluindo nelas as intenções comunicativas ou informativas da pragmática, constituiriam apenas um dos possíveis tipos de estados mentais, sendo a intencionalidade supostamente uma característica de todos eles (Jacob, 2019). Para Brentano, a intencionalidade seria justamente a característica definitiva do mental.

Nas disciplinas a estudarem a comunicação humana há linhas de pesquisa que se afastam da tradicional concepção da comunicação como uma espécie de trasfega da intenção do emissor. Particularmente, as perspectivas de tipo interacional, próprias dos âmbitos da linguística, sociolinguística ou pragmática, rejeitam esse ponto de vista e preferem considerar a intenção como uma qualidade emergente da comunicação, uma espécie de interpretação subjacente ao próprio ato comunicativo. Nesse sentido, pretende-se que a “intenção interacional”, não dependente necessariamente do projeto mental ou propósito do emissor, estaria mais próxima ou presumivelmente coincidiria com o próprio conceito de intencionalidade (p. ex. Haugh, 2009). Às vezes mesmo parece ser celebrada tal confluência como um indício de maior verossimilhança ou, quando menos, como uma característica que evitaria conceber a comunicação como um processo a “pressupor a realização direta e contínua de intenções em relação aos objetos reais” (Khalil, 2017, p. 362).

Neste trabalho temos por objetivo aprofundar um pouco num caminho que, como sinala Haugh, não foi demasiado transitado. Trata-se da análise da intenção comunicativa no quadro geral das intenções que dirigem os comportamentos para o fim de contribuímos para o debate acerca da possível existência de modos de comunicação desintencional. De fato, existem configurações comunicativas em que pode ser documentada facilmente a existência de transmissão de informação não alicerçada no reconhecimento da intenção

do emissor. Gil, por exemplo, coloca o caso das implicaturas fracas, que constituiriam deduções realizadas pelo recetor à margem da intenção comunicativa (Gil, 2015; 2018), como, por exemplo, quando uma namorada comenta ao seu parceiro que há um restaurante com boa vista para o rio e ele é capaz de inferir que provavelmente ela deseja ser convidada para jantar. Mesmo caberia pensar em comunicação não cooperativa. O caso da chamada *tradução documentária* (Nord, 2005, p. 80) seria provavelmente um dos exemplos em que isso poderia acontecer. Parece difícil, por exemplo, podermos falar em cooperação entre Cícero e os aprendizes de língua latina que hoje em dia empregam as *Catilinárias* para aperfeiçoarem esse idioma. Difícil porque decerto o autor romano não devia estar a considerar tal finalidade na hora de compor as suas conhecidas invectivas contra o senador Catilina. A tradutóloga Christiane Nord (2005, p. 58) fala nestes casos na existência de “*recetores ocasionais*” (‘chance receivers’), enquanto de Herbert H. Clark poder-se-ia tentar extrapolar para estas situações os termos *participantes colaterais* (‘side participants’), *espectadores* (‘bystanders’) e *espreitadores* (‘eavesdroppers’), que ele emprega no âmbito das dinâmicas conversacionais (Clark, 1996, p. 14). Contudo, estas conjunturas, e especialmente outros cenários ainda mais marcados pela aparente ausência de cooperação que serão apresentados, devem ser analisados para verificar se tem cabimento serem considerados comunicação desintencional. O reconhecimento da existência de comunicação desintencional por parte das correntes maioritárias da pragmática e da filosofia da linguagem acarretaria também não poucas consequências para entender como deve ser enquadrada e concebida a comunicação. Com esse intuito, procederemos a analisar pelo miúdo e contextualizadamente os conceitos de intenção e de intenção comunicativa para explorar o papel que a intenção comunicativa tem na comunicação e no desenvolvimento de comportamentos cooperativos.

2 Determinação do conceito de intenção

Antes de iniciarmos as nossas reflexões, procede delimitar com clareza a que nos iremos referir quando falarmos em intenção ao longo deste trabalho. Basicamente, entendemos a “intenção” como o estado mental que dirige teleologicamente a realização dos comportamentos planificados procurando atingir um determinado estado de coisas. Trata-se, pois, de um conceito psicológico diferente da intencionalidade atribuível *a posteriori* aos comportamentos observados. Haugh (2009), por exemplo, proporciona amostras de conversas em que o propósito inicial do emissor é alterado ao longo da interação, ou ainda acaba por surgir uma *intenção* completamente divergente desse propósito original. A intenção é contemplada dessa perspectiva como uma possível interpretação externa à disposição dos recetores, desconsiderando largamente o suposto construto psicológico do emissor a que, porém, ela não deixa de ser atribuída. Todavia, o enfoque interacional não é necessariamente obstáculo para as abordagens cognitivas. Clark (1996, p. 24-25, 215), por exemplo, também faz alusão à possível alteração da intenção comunicativa inicial dos emissores ao longo da interação, mas sem renunciar a um enfoque intelectual ao mostrar como os próprios emissores participam cooperativamente nessa transformação. No nosso caso, iremos considerar a intenção exclusivamente como um estado mental, como é mais comum no âmbito da pragmática. Em par-

ticular, intenção seria aquele estado mental consistente num suposto arcabouço psicológico que tem por fim dirigir a execução de um comportamento.

Os comportamentos a serem dirigidos por intenções são aqueles que podem ser denominados ‘propositados’, os quais se caracterizariam por estarem encaminhados a provocar alguma intervenção no ambiente e por incorporarem algum tipo de retroalimentação informativa (‘negative feedback’) durante a execução. A retroalimentação negativa consistiria, basicamente, numa entrada constante de informação perceptiva de modo a permitir realizar as correções e ajustes necessários para mudar o estado de coisas presente a cada momento em direção à situação ideal propositada. Esses são os comportamentos que Rosenblueth, Wiener e Bigelow (1943) denominaram “teleológicos” num artigo que reivindicava naquela altura uma conceção externalizada de ‘propósito’. Contudo, devemos admitir que muitos comportamentos propositados são constituídos por sequências comportamentais de nível inferior, amiúde rotinizadas e incorporadas hierarquicamente na sequência principal, como descreve bem a psicologia cognitiva por ocasião dos processos de fragmentação-aglomeração (‘chunking’). Por exemplo, muitas das pequenas ações que os automobilistas experientes desenvolvem de forma semiconsciente ao volante do seu carro constituem séries automatizadas com bases mentais muito reduzidas. Com certeza elas conservam certo grau de retroalimentação negativa a implicar algum tipo de circularidade perceptivo-acional, mas respondendo apenas para um propósito principal de nível superior: neste caso, locomover-se para algum lugar (cf. Kuhl, 1987). Neste trabalho, procurando analogia com a terminologia da teoria da atividade conjunta de Herbert H. Clark, denominaremos *ações* os comportamentos intencionais de todo tipo e *atividades*, o conjunto hierarquizado de ações encaminhadas a dar cumprimento a um propósito predominante; embora na prática ações e atividades sejam difíceis de delimitar e os dois termos apresentem ampla sobreposição. Quanto às ações “automatizadas”, Rosenblueth, Wiener e Bigelow também as apresentavam como dependentes de um propósito de nível superior, mas para eles estariam integradas completamente no comportamento principal e seriam involuntárias¹:

Quando realizamos uma ação voluntária, o que selecionamos voluntariamente é um propósito específico, e não um movimento específico. Assim, se decidimos pegar um copo com água e levá-lo à boca, não ordenamos que determinados músculos se contraíam em certa intensidade e em uma sequência específica; simplesmente acionamos o propósito, e a reação segue automaticamente (Rosenblueth; Wiener; Bigelow, 1943, p. 19 - tradução nossa ²).

Portanto, a presença de um propósito dominante a ser atingido e, salvo casos muito excepcionais (cf. p. 19-20), o controle da atividade durante a execução seriam os elementos carac-

¹ A dificuldade para explicar a configuração hierárquica dos comportamentos é um dos obstáculos para a aplicação do princípio da retroalimentação negativa à descrição da estrutura organizativa dos comportamentos planejados complexos (vide Ashby, 1964, p. 54). Acreditamos que a automatização de processos pelo princípio de fragmentação-aglomeração (*chunking*), que começaria já nas primeiras fases do desenvolvimento ontogénico dos organismos com capacidade para executar comportamentos planejados, oferece uma explicação singela e satisfatória.

² Do original: “When we perform a voluntary action what we select voluntarily is a specific purpose, not a specific movement. Thus, if we decide to take a glass containing water and carry it to our mouth we do not command certain muscles to contract to certain degree and in a certain sequence; we merely trip the purpose and the reaction follows automatically”.

terísticos dos comportamentos intencionais. Nesse sentido, um mecanismo com servossistema, como um torpedo ou o regulador de velocidade de um automóvel, poderia ser considerado também um ente propositado e, portanto, “intencional”, quando menos de um ponto de vista externo (cf. p. 22). Searle (1980), por sinal, diferenciava entre *intenção a priori* e *intenção-em-ação*, correspondendo esta última justamente ao controle do comportamento durante a execução.

3 Fases do processo intencional

Como as intenções comunicativas, embora peculiares, constituem na realidade um tipo de intenção coletiva, nesta epígrafe começaremos a abordar o desenvolvimento dos comportamentos intencionais com o objetivo de enquadrar, nesse contexto, o estudo das intenções que os dirigem. Com isso, esperamos estar em condições de, posteriormente, aproximar-nos das intenções que presidem os comportamentos coletivos que envolvem algum tipo de colaboração, os comportamentos cooperativos, e assim criar as bases para a análise, devidamente contextualizada, do fenómeno da comunicação.

De acordo com o chamado *Modelo do Rubicão de fases de ação* (Heckhausen; Gollwitzer, 1987), a etapa que se pode identificar com a intenção *a priori* de Searle daria início com a tomada de decisão acerca da execução do comportamento e teria uma natureza fundamentalmente programática, pois nela é que aconteceria a planificação motora da atividade. Cronologicamente anterior, embora com duração indeterminada, haveria uma fase de tipo deliberativo na qual teria lugar a valorização da situação original e o planejamento do propósito e da intervenção a ser realizada. A análise da situação começaria amiúde com a percepção de um *motivo*, ou seja, um anelo ou desejo –adquirido ou inato– que requer satisfação. Este motivo dependeria da “distância” entre a situação atual percebida pelo sujeito e o estado de coisas que ele considera desejável. A preferência viria determinada fundamentalmente por *atitudes* prévias: crenças favoráveis ou contrárias a determinados estados de coisas que incluem componentes racionais e afetivos (Rosenberg; Hovland, 1960).

Se a distância entre a situação percebida e o estado de coisas desejado não for muito grande, o indivíduo poderá ter pouco motivo para agir; mas se for suficiente para provocar certa tensão dicotômica, poderá vir a ser desencadeado um impulso emotivo. E este impulso é que dará início ao processo motivacional que pode levar à execução do comportamento. Todos os comportamentos, como sinala Flórez-Alarcón (2018, p. 118), têm a sua origem primeira numa certa reação emocional, embora existam também enfoques completamente racionais a respeito (cf. Pacherie, 2002). Se definirmos o motivo como uma tensão psicológica, então a *motivação* deverá consistir na formação e tomada de consciência desse motivo. A motivação pode ser avigorada alargando a distância tensional: quer melhorando a imagem atitudinal do estado de coisas desejado pelo sujeito (p.ex. através da publicidade) quer depreciando a imagem da situação percebida fazendo com que ela lhe pareça menos tolerável. Importa salientar que a motivação pode ser intrínseca se, por exemplo, depende apenas das expectativas de resultado do sujeito ou, também, se ela se vê favorecida por incentivos procedentes de avaliações por ele efetuadas acerca da consecução de comportamentos aná-

logos ou similares. E pode ser extrínseca se o incentivo é alheio à própria consecução do comportamento: recompensas, reconhecimentos, etc.

Em todo o caso, para o motivo poder conduzir para o comportamento, tal comportamento deve parecer alcançável. Após o desencadeamento do que denominamos ‘impulso motivacional’, começa imediatamente um processo de tipo avaliativo no qual passará a ser ponderada a eficácia da possível intervenção, quer dizer, passará a ser julgado se a situação-alvo projetada é atingível e que consequências colaterais ela pode provocar. Isso implicaria, a nosso ver, conceitualizar um primeiro esboço mental do conjunto da ação a ser desenvolvida conforme a representação dos conhecimentos e destrezas arquivados na memória. Tratar-se-ia ainda, fundamentalmente, de um bosquejo em terceira pessoa, tipo fluxograma, que podemos denominar ‘plano de intervenção’. A percepção da eficácia, segundo Bandura (1977), dependeria da análise da autoeficácia e das expectativas de resultado. Ambas as expectativas são essenciais para se formar um senso de controle favorável que possa desencadear um sentido crescente de compromisso com a execução. A possível incidência externa na fase de avaliação da eficácia de uma ação podemos denominá-la *(des)encorajamento extrínseco*, e seria complementar da *(des)motivação extrínseca*. De facto, na sua valorização das possíveis implicações colaterais que carretaria a execução do comportamento, o sujeito leva especialmente em conta a repercussão social e, particularmente, as expectativas acerca do apoio ou (des)aprovação que irá receber. São as chamadas ‘crenças normativas’ e ‘normas subjetivas’, introduzidas por Icek Ajzen na sua *teoria do comportamento planejado* (Ajzen, 1991) com o fim de aumentar a preditibilidade do seu quadro teórico prévio. Tal normatividade alicerça o conceito de *responsabilização social* (‘accountability’) de Enfield e Sidnell (2022), que estes autores consideram pedra angular da organização social e da intersubjetividade. O compromisso do sujeito com a execução, portanto, vai ser diferente se se tratar de um simples autocompromisso privado, de um autocompromisso público, de um compromisso com outro sujeito ou de um compromisso participativo numa ação conjunta (Clark, 2006).

Superada a avaliação da eficácia, teria já lugar a tomada de decisão acerca da execução da atividade. No modelo do Rubicão a decisão é considerada um marco fundamental, pois é olhada como um “ponto de não retorno” que dá início ao estágio propriamente intencional. O comprometimento inerente à decisão é que outorga carácter volitivo ao propósito, convertendo-o já numa intenção. Ultrapassado o limiar da decisão, como indica Corno (1993, p. 15), o avanço para o propósito costuma depender já da própria atividade de autorregulação do sujeito (fundamentalmente as expectativas e avaliação do controle), sendo muito mais improváveis possíveis reconsiderações ou mudanças de alvo.

A fase intencional começa então com a intenção de propósito, ou intenção-*a-priori*, já enformada, mas sem se produzir ainda a execução da ação. É uma fase centrada na planificação individual das ações intermediárias que serão precisas para chegar ao alvo a partir do que antes denominamos ‘plano de intervenção’. Cabe supor aqui uma “tradução” do plano de intervenção prévio, projetado em terceira pessoa, para as estruturas mentais individuais que dirigirão a execução. Seria um processo em boa medida automatizado e que contaria, talvez, com a participação do sistema de neurónios espelho ou recursos análogos do cérebro. Concluída essa fase, fica já possível proceder à realização do comportamento e, com ela, enceta a intenção da execução, ou intenção-em-ação.

De um ponto de vista cognitivo, podemos, assim, deduzir quatro componentes fundamentais das intenções após elas terem sido enformadas: projeto mental de situa-

ção-alvo desejada, ou *propósito*; *plano de intervenção*; *representação mental da situação atual e controle motor do comportamento*. Deles, os dois últimos teriam um carácter essencialmente dinâmico, formando-se um ciclo contínuo em fase de execução de acordo com a informação perceptiva entrante. O processo, basicamente, consiste numa interferência no ambiente guiada pela aplicação do plano de intervenção com vistas a aproximar do propósito a própria informação perceptiva, servindo a entrada constante de informação perceptiva como ponto de referência para corrigir a cada momento a orientação de cada ação em direção ao propósito. Powers (1973), por acaso, chegou mesmo a definir o comportamento como o controle da percepção; enquanto Searle (1980), procurando a analogia das intenções com outros estados intencionais, considerava a intenção-em-ação como um tipo de ajuste mundo-a-mundo guiado pelas correspondentes condições de satisfação, que neste caso consistiriam na representação mental da situação-alvo como consumação do propósito.

A ação concluirá, finalmente, quando o processo de avaliação do controle criar uma crença favorável à consecução suficiente do alvo pretendido ou quando, pelo contrário, for verificada a inconveniência ou impossibilidade factual de materializá-lo. A partir desse momento pode falar-se, ainda, numa fase pós-intencional centrada na avaliação global do conjunto do processo, de modo que a informação obtida desta análise contribuiria para formar atitudes dirigidas a (des)incentivar a motivação de futuras ações análogas.

Quadro 1 – Fases do processo acional

PROCESSO ACIONAL					
Fase pré-intencional (deliberativa)			Fase intencional (volitiva)		Fase pós-intencional (avaliativa)
Etapa motivacional	Etapa de valorização da eficácia	Decisão	Subfase pré-acional (intenção <i>a priori</i>)	Subfase acional (intenção-em-ação)	Fim da execução - Avaliação do resultado
- Análise da situação-atual vs. estado de coisas ideal >> motivo	- Análise da eficácia da possível intervenção (contemplada no seu conjunto)	Compromisso com execução. Afixação do propósito	- Planejamento e coordenação das ações de que consta a atividade. - Análise da eficácia da possível intervenção	Ciclo de execução (percepção da situação atual \nleftrightarrow propósito) + avaliação do controle e eficácia	

Fonte: elaboração própria

Deve ser acrescido, finalmente, que a estrutura acional que acabamos de descrever precisa ter a suficiente flexibilidade para poder ajustar-se a uma estruturação de tipo autosimilar (aninhada), na linha do preconizado por autores como Powers (1973), Taillard (2002) ou Bangerter e Clark (2003). Quer dizer, as ações podem e costumam depender de ações de menor nível hierárquico em qualquer fase do seu processo intencional e, por sua vez, participam em outras ações, atividades ou planos de nível superior, acontecendo que em todos os casos elas parecem partilhar, no básico, a mesma estrutura.

4 As intenções coletivas

Após termos analisado o papel das intenções nos comportamentos individuais, estudaremos agora o que é que acontece no caso dos comportamentos que são levados à frente de forma coordenada por mais de um agente, evidenciando assim a necessária presença de uma intenção coletiva.

As intenções coletivas foram analisadas de perspectivas muito diversas: como compromisso entre os agentes (Gilbert, 1989), como estados mentais específicos de sujeito coletivo (Searle, 1990), como combinação de estados mentais individuais (Bratman, 1992). Ao que tudo indica, este último posicionamento é que oferece o maior grau de parcimônia a respeito das intenções individuais, contempladas como vimos de apresentar na anterior epígrafe. A chave para poder combinar ações individuais de forma a elas se constituírem como ações *participativas* de uma ação cooperativa reside, obviamente, na coordenação; e a coordenação requer a presença prévia de certa informação partilhada no cérebro de todos os agentes envolvidos. Seria essa informação (presumivelmente enformada como crenças e atitudes) a responsável pela ativação e desenvolvimento do processo intencional. A partilha consciente de informação entre dois ou mais indivíduos é denominada *base comum* ('common ground'), sendo esse um conceito central no estudo da comunicação e na filosofia da linguagem (Clark; Brennan, 1991; Stalnaker, 1978) que em Pérez-Rodríguez (2016) argumentávamos corresponder à conceção tradicional de "sistema cultural". A comunicação entre os agentes seria, precisamente, um processo que permite construir essa base comum de acordo com as necessidades concretas de coordenação existentes.

Para fazer ideia, podemos conceber uns exemplos inspirados nos conhecidos pontos focais de Schelling (1960). Começamos, pois, considerando uma situação inicial em que dois sujeitos ficassem perdidos no meio de uma multidão de pessoas e precisassem de se reencontrar. O processo para se reunirem constituirá uma atividade cooperativa se for realizada propositadamente pelos dois agentes. Mas, para isso, ambos deverão partilhar um mesmo objetivo (o reencontro) e projetos complementares para a sua realização. Dependendo do conhecimento prévio que existir entre os sujeitos — tanto na sua base comum *pessoal* (Clark, 1996, p. 100) quanto na *comunitária*, como membros de um mesmo grupo social, (p. 114) —, cada pessoa poderá provavelmente deduzir com maior ou menor nível de confiabilidade se a outra estará a partilhar o propósito do reencontro; mas, como coordenar então a realização? Uma solução por exclusão (E1) poderá ser dirigirem-se para um lugar das redondezas que se supuser visualmente proeminente e, portanto, for especialmente saliente na base comum perceptiva de ambos; por exemplo, um palco a elevar-se sobre a multidão. Outra hipótese (E2) que, eventualmente, os dois poderiam contemplar como mais lógica seria dirigirem-se para um lugar onde já se tivessem encontrado noutras ocasiões. Dentre os diversos lugares que podem figurar conceituados na base comum deles, esse poderia ser agora o mais saliente para resolverem este problema de coordenação concreto. E, se estivessem, por exemplo, num aeroporto, poderia também cada um dos agentes pressupor que o outro se fosse dirigir para o lugar que nesses espaços figura sinalado e designado convencionalmente como 'ponto de encontro', solução existente no quadro cultural que ambos compartilham (E3).

A ideia de Schelling é que a saliência de cada solução frente a outras possíveis alternativas depende, basicamente, do conhecimento de que o outro agente também está a procurar

uma solução de coordenação. Para o caso que aqui interessa, vale considerarmos que as três soluções acima, contempladas como realidades psicológicas partilhadas, ou seja, como uma espécie de “acordos” implícitos, correspondem, respectivamente, a três dos quatro tipos de *meios de coordenação* (‘coordination devices’) identificados por Lewis (1969): os *manifestos* ou *saliência perceptiva*, os *precedentes* e as *convenções*. Mas todos esses meios de coordenação dependem, até certo ponto, da existência prévia de base comum entre os sujeitos envolvidos, uma vez que um meio de coordenação consiste na solução mais saliente presente na base comum dos participantes na hora de resolverem um problema concreto de coordenação (Clark, 1996, p. 67). Isto é, um meio de coordenação é a abordagem planejada para resolver um problema de coordenação determinado que cada agente pode pressupor que o(s) outro(s) também irá/irão conceber. Por outro lado, essa dependência da base comum existente faz com que os meios de coordenação mencionados consistam em soluções implícitas e, portanto, inicialmente carentes de validação intencional para o projeto em curso, tendo como resultado que o compromisso com o propósito partilhado que pode esperar cada participante do(s) outro(s) tenha um carácter até certo ponto conjectural.

Mas podemos imaginar agora que um dos sujeitos dos exemplos anteriores decidisse garantir a saliência de uma solução concreta para o reencontro. Uma forma de fazê-lo seria apontando para o palco do primeiro caso mediante, por exemplo, um ponteiro laser (E4); ou, também, transmitindo por telefone móvel o produto de comportamentos verbais associados de alguma forma (p.ex. convencionalmente) ao tipo de solução desejada, de forma a invocar tal solução por via cognitiva (E5). Neste caso é claro que tudo seria muito mais fácil porque, então, os sujeitos estariam a comunicar-se e poderiam criar facilmente representações mentais partilhadas tanto da vontade mútua de se reencontrarem como da maneira de o fazerem. A comunicação, ou mais precisamente, as representações mentais partilhadas que dela podem surgir, os *acordos explícitos*, constituem assim o quarto possível meio de coordenação, um meio que é invocado a partir de base comum que mesmo pode ser desenvolvida *ex professo* para a ocasião. Aliás, no acordo explícito os participantes não só coordenam determinados aspectos da atividade ao passarem a adotar crenças e atitudes comuns, mas também evidenciam recíproca e abertamente o seu compromisso com ela. O único problema será que a comunicação é também uma ação que precisa ser coordenada. Ela é uma “ação coordenada para a coordenação de ações” (Geurts, 2019, p. 3). Mais adiante voltaremos sobre a estrutura interna da comunicação. Por enquanto, ficamos com a ideia de existirem quatro possíveis tipos de meios de coordenação, um dos quais é constituído pelos acordos explícitos decorrentes das dinâmicas comunicativas. A principal função e causa do desenvolvimento da comunicação humana, de acordo com certos autores, seria justamente facilitar a coordenação das atividades cooperativas (Clark, 1996, 2004; Croft, 2000; Tomasello, 2009).

Para Clark, a coordenação de atividades cooperativas envolve duas dimensões diferentes: a coordenação de conteúdos e a coordenação de processos (Clark, 1996, p. 59), terminologia que para o autor abrangeria basicamente a coordenação do(s) propósito(s) e a coordenação da execução. Entende-se, porém, que a coordenação de conteúdos deve compreender também o plano de intervenção, frequentemente atingindo ainda fases não intencionais, como a motivação ou a avaliação de eficácia. Em qualquer caso, o quadro teórico de Clark, a denominada ‘teoria das atividades conjuntas’, é sumamente pormenorizado e faz referência também a aspectos como a possibilidade da execução assíncrona, simultânea e intermitente (Clark, 1996, p. 37, 42, 90); diferenças de papel, governança, envolvimento e

permanência dos participantes na atividade (Clark, 1996, p. 31-38); possível presença de propósitos secundários conjuntos ou particulares (Clark, 1996, p. 34-35); variação no grau de roteirização, de formalidade, de verbalidade e de cooperatividade (Clark, 1996, p. 30-31); diversas formas de compromisso e consequências do compromisso conjunto (Clark, 1996, p. 289 e seguintes; Clark, 2006); ou, ainda, a função da presença e acúmulo de informação partilhada pelos participantes acerca da progressão da atividade (Clark, 1996, p. 43). Nomeadamente, esta última informação consiste em crenças e suposições sobre a atividade em curso a fazerem parte da base comum dos agentes, informação que irão atualizando ao incorporarem a cada momento a representação partilhada do andamento da atividade.

Aos efeitos deste trabalho, interessa especialmente comentar que a maior parte das atividades humanas depende de ações cooperativas, embora tais ações possam apresentar grandes diferenças no relativo à sua cooperatividade. Assim, atividades conjuntas como dançar uma valsa ou fazer o amor apresentam o maior grau de cooperatividade, ao passo que outras; como uma partida de ténis, uma discussão ou mesmo uma guerra convencional, seriam também cooperativas, embora pontuando nas partes mais baixas da escada (cf. Svennevig, 1999, p. 13-14). No meio ficaria um amplo leque de possibilidades de acordo com os papéis e propósitos assumidos pelos participantes.

Na realidade, uma vez que qualquer ação cooperativa consiste na combinação de duas ou mais ações participativas individuais, o esquema que vimos em §3 fica a ser fundamentalmente válido para cada uma das ações participativas, com a diferença de que essas devem ser coordenadas agora mediante a presença partilhada da informação sobre a atividade cooperativa a ser desenvolvida. Em E1, E2 e E3 vimos como as suposições e conhecimentos dos sujeitos acerca de como procederem para se reencontrar procediam da sua base comum prévia, incluindo a base comum percetiva. Mas em E5 o meio de coordenação para o reencontro surgia a partir de uma chamada telefónica, ação comunicativa da qual emergiam as crenças compartilhadas sobre o processo a ser levado a cabo e que constituíam acordos explícitos entre os participantes. O mesmo vale dizer para E4, embora com menor nível de precisão e refinamento.

Como ao encetarem muitos tipos de atividades cooperativas o mais normal é os participantes carecerem de base comum suficiente para poderem aplicar meios de coordenação e formas ótimas de compromisso partilhado, interessa ver como é que pode ser incrementada a base comum segundo as características específicas de cada atividade. Basicamente, tal processo teria lugar de duas maneiras: quer pela própria perceção partilhada da atividade, quer pela inserção nela de ações específicas de coordenação, ou seja, de ações comunicativas. Os humanos, ao que parece, somos dotados de certa predisposição para perceber a intencionalidade da perceção alheia, quer dizer, qual é o foco de atenção de outros sujeitos e, portanto, o conteúdo pontual da sua psique. Por exemplo, a esclera do olho parece ter evoluído na nossa espécie para transparecer a direção do olhar (cf. Kano; Kawaguchi; Yeow, 2021), facilitando assim deduzir se a eventual atenção para determinados objetos e processos observáveis é reciprocamente realizada pelos outros agentes e, portanto, constitui base comum percetiva. De facto, para o desenvolvimento de ações cooperativas é imprescindível, como vimos, não apenas ter consciência de que os outros agentes partilham propósito(s) e planos de ação complementares, mas também consciência de que tal consciência é compartilhada. A partir dessa consciência recíproca, é que pode ser conjeturada a existência do compromisso partilhado que permite a cada agente esperar dos outros a realização e complementaridade das suas respectivas ações participativas. Assim, por exemplo, quando dois automobilistas se deparam

de frente num cruzamento de ruas sem sinalização, cada um deles normalmente espera a ter certeza de que o outro está centrado na percepção da mesma situação, se for possível mediante contato visual. A partir daí, cada um passará a executar a ação correspondente de acordo com o meio de coordenação mais saliente para ambos na base comum perceptivo-cognitiva. Neste caso, certamente seria a solução estipulada nas regras (convenções) de trânsito (E6).

Mas as características que podem ter predisposto os humanos até certo ponto para a realização de ações e atividades cooperativas sincrônicas e copresenciais podem não ser suficientes atualmente para lidar com ações muito sofisticadas ou a apresentarem carácter transituacional. Clark sinala o papel das denominadas representações externas para o estabelecimento de percepções partilhadas e, portanto, para estabelecer base comum, uma vez que, entre outras características, tais representações permitem uma percepção simultânea e paralela pelos participantes (Clark, 1996, p. 47). Coloca o exemplo do xadrez (E7), jogo habitualmente associado a um tabuleiro reticulado e a certas figuras características, mas que na realidade pode ser praticado perfeitamente sem tal representação, como acontece nas partidas por correspondência com notação algébrica:

As representações externas são particularmente úteis. Considere o tabuleiro de xadrez de Morphy e Anderssen após a sua décima jogada. Morphy e Anderssen podiam ver de relance onde cada peça estava posicionada naquele momento e, por eliminação, quais peças já haviam sido capturadas [...] O tabuleiro de xadrez é a representação na qual a maioria das regras do jogo está expressa [...] Assim, para Morphy e Anderssen, o tabuleiro de xadrez e as peças não eram meras manchas de cor e pedaços de madeira, mas elementos de uma cena que interpretavam com base numa compreensão altamente desenvolvida do jogo (Clark, 1996, p. 45 - tradução nossa ³).

Exemplos quejandos seriam mapas e diagramas (Tversky, 2000), certas aplicações informáticas e, na realidade, qualquer artefato capaz de fornecer um ambiente, real ou virtual, apto para a interação perceptivo-cognitiva. Quando duas ou mais pessoas percebem a mesma realidade e cada uma percebe também que as outras partilham tal percepção, elas fazem *basificação* ('grounding') dessa experiência (Clark; Schaefer, 1987, p. 20; Clark, 1996, p. 221-222). Ao basificarem a experiência, elas desenvolvem a base comum necessária para coordenarem a atividade em curso. Ora, curiosamente, como foi comentado, tal basificação é também justamente o objetivo da comunicação.

Para Clark, de facto, a vontade de basificação inerente em cada movimento de xadrez numa partida ao vivo propiciaria que o movimento fosse realmente uma ação comunicativa, um ato de fala declarativo (1996, p. 54), e isso mesmo seria expetável que acontecesse com qualquer outra experiência perceptivo-cognitiva decorrente de um processo de atenção partilhada no quadro de uma atividade cooperativa, a começar pelas próprias ações dos participantes: "Coordenar e executar atividades conjuntas, em suma, não estão apenas interligados.

³ Do original: "External representations are particularly useful. Take Morphy and Anderssen's chess board after their tenth move. Morphy and Anderssen could see at a glance when each piece resided at that point and, by elimination, which pieces had already been captured [...] The chess board is the representation in which most rules of chess are stated [...] So for Morphy and Anderssen, the chess board and chess pieces weren't mere patches of color and lumps of wood, but were elements of a scene they interpreted according to a highly developed understanding of the game".

Frequentemente, são realizados com o mesmo comportamento” (Clark, 2005, p. 524 – tradução nossa ⁴). Dessa maneira, o autor norte-americano pareceria abrir caminho para uma conceção multimodal da comunicação a incluir supostas formas comunicativas desintencionais, mas ele não chega a diluir a diferença, como preconizava Paul Watzlawick com o axioma “não é possível não comunicar” (vide Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973, p. 44 e seguintes). A percepção partilhada, para Clark, apenas pode virar comunicação se fica associada a uma intenção comunicativa⁵, como esclarece no seguinte exemplo (E8):

Quando um funcionário de farmácia diz: “Posso ajudá-lo?”, eu posso responder colocando de forma evidente os produtos que desejo comprar no balcão. Ou seja, não coloco simplesmente os produtos no balcão [...] A minha ação não é casual, mas uma resposta à oferta dele [...] A ideia aqui, embora sutil, é fulcral. Colocar produtos no balcão de uma farmácia não é, em si, um sinal. Porém, quando realizo essa ação de maneira estilizada e no momento exato, estou a utilizar características adicionais do meu comportamento para manifestar essa ação, e manifestar a ação constitui um sinal – uma indicação (Clark, 1996, p. 167-168 - tradução nossa ⁶).

De facto, em muitos sentidos a perspectiva deste autor mesmo condiz com a ortodoxia griceana, que não aceita como comunicação *strictu sensu* qualquer intervenção do emissor. Assim, por exemplo, não seria comunicação o simples facto de alguém apontar para uma janela com a intenção de chamar a atenção do recetor para o facto de estar a chover fora (E9); mas sim seria se uma mãe fizesse o mesmo para lembrar a seu filho, prestes a sair, que ele esquece o guarda-chuva (E10). O motivo é que apenas neste último caso ficaria envolvida a intenção do emissor na própria interpretação do significado (Grice, 1957; cf. Clark, 1996, p. 129). Hodiernamente, a especificidade do significado do emissor tem sido muito relativizada (p. ex. Sperber; Wilson, 2015) e os dois casos seriam considerados formas de comunicação intencional por muitos autores. Mas a relevância do conceito de intenção para entender a comunicação continua vigente nos modelos teóricos preponderantes, mesmo com ratificação por parte de estudos neurocognitivos que acham existir uma rede de áreas específicas envolvidas no processamento das intenções associadas à comunicação (Enrici; Bara; Adenzato, 2019). A diferença entre a simples percepção partilhada das ações participativas de cada agente e a assunção por parte delas de uma dimensão comunicativa dependerá, pois, de certa explicitação da vontade do agente em manifestar o seu interesse em que tal informação seja partilhada.

A fronteira entre a saliência perceptiva partilhada e a comunicação pode chegar a ser, pois, muito ténue. Podemos denominar aqui saliência perceptiva *de intenção inerente* aquela ligada a uma manifestação ostensiva completamente embutida nas ações não comunicativas da atividade cooperativa, como no caso de E7. A dimensão intencional dependeria neste caso da própria sequenciação da atividade, mas trata-se, a nosso ver, de situações suficientemente

⁴ Do original: “Coordinating and executing joint activities, in short, are not just linked. They are often achieved with the same behavior”.

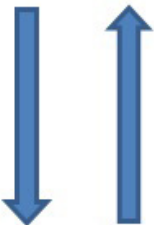
⁵ Apesar de reconhecer que ela pode ser inserida como sinal em ações comunicativas (Clark, 1996, p. 81, 167).

⁶ Do original: “When a clerk in drugstore says “Can I help you?” I can respond by conspicuously placing the items I wish to buy on the counter. That is, I don’t simply place the items on the counter [...] My action isn’t coincidental, but a response to her offer [...] The idea here, though subtle, is essential. Placing items on a drugstore counter isn’t itself a signal. Yet when I take the action in a stylized manner at just the right moment, I am using the extra features of my behavior to manifest that action, and manifesting the action is a signal – an indication”.

ambíguas como para interpretar que se situariam numa área intermediária entre a saliência perceptiva partilhada e a comunicação. Em qualquer caso, o mais importante é que a simples partilha da atenção perceptiva para eventos ou ações pode ter efeitos até certo ponto equiparáveis aos da comunicação intencional no relativo à formação de base comum e, portanto, para a coordenação acional. Por exemplo, no jogo do futebol a simples observação partilhada de um goleiro adiantado da sua posição pode servir para dois jogadores da equipe contrária coordenarem os seus movimentos de ataque (E11). Dois dançarinos podem também empregar a percepção compartilhada da música para coordenarem as suas respectivas performances (E12). Clark não parece conceber a saliência perceptiva partilhada *per se*, desintencional, como uma forma de comunicação, mas sem dúvida aceita o seu papel análogo na formação de base comum; em particular, na parte da base comum que denomina ‘base comum pessoal’ (Clark, 1996, p. 112-114). Esta base teria origem em informações de tipo perceptivo e também em informações de tipo acional, que William Croft preferia denominar simplesmente ‘discursivas’ (Croft, 2000, p. 94). A informação acional seria a informação não perceptiva adquirida ao participar em ações cooperativas; por exemplo, as coisas que são relatadas por outras pessoas ao longo de uma conversa. Interessa salientar que, no que tem a ver com a sua descrição da base comum pessoal de origem perceptiva, Clark situa a informação procedente de indicações gestuais e, portanto, intencional, ao mesmo nível que a informação originada na observação das atividades dos coparticipantes das ações cooperativas, ou que a relativa a entidades ou eventos que, pela sua saliência perceptiva, sejam considerados foco necessário de atenção dos demais participantes.

No atinente à comunicação, no quadro teórico de Clark ela é considerada uma ação conjunta justamente por depender de uma intenção reflexiva, intenção que, por fazer referência a si própria (por pretender ser reconhecida como intenção que pretende ser reconhecida), apenas se pode cumprir com a participação de outrem (Clark, 1996, p. 130), muito na linha das correntes principais da pragmática. Esta caracterização da comunicação como ação conjunta acaba por implicar a necessidade da intenção comunicativa e não deixa espaço para a denominada “comunicação desintencional”, que é o foco do nosso estudo. Mas, por outro lado, Clark também assinala como existe uma escala gradativa entre os diversos tipos de atividades cooperativas no que diz respeito ao nível de uso da comunicação de base verbal como meio de coordenação:

Quadro 2 – Grau de *verbalidade* (presença de ações comunicativas) nas atividades cooperativas

<p>Atividades maioritariamente comunicativas</p>  <p>Atividades maioritariamente não comunicativas</p>	1 – conversas de telefone, notícias de jornal ou de rádio, romances
	2 – conversas cara-a-cara, notícias ilustradas, notícias de TV, textos científicos
	3 – transações comerciais, jogos, filmes, sessões de treinamento, lições de formação, jogos de cartas
	4 – jogos de basquete, partidas de ténis, duas pessoas a moverem um móvel, fazer o amor
	5 – execução de um quarteto de cordas, dançar valsa, jogar à bola

Fonte: Elaborado a partir de Clark (1996: 50)

Assim, as atividades dos níveis 1 e 2 da escala reproduzida no quadro 2, habitualmente consideradas paradigmas do que são os discursos, caracterizam-se por um uso extensivo da comunicação linguística, mas nem por isso são menos atividades do que as dos outros níveis; singularmente porque, como já tinha reparado John L. Austin: “ao estarmos a dizer algo, fazemos algo” (Austin, 1975, p. 94). Nos restantes patamares vemos como, com frequência decrescente, podem ter lugar igualmente ações de tipo comunicativo, embora cedendo mais espaço para a saliência perceptiva partilhada em todas as suas formas. Na realidade, todas as atividades cooperativas são “discursos” e todas podem fazer uso da comunicação como meio de coordenação. Diz Clark: “Os discursos, portanto, não constituem um tipo diferente de atividade conjunta, pelo menos se incluirmos todos os atos comunicativos, como devemos fazer numa análise abrangente do uso da linguagem” (Clark, 1996, p.52 - tradução nossa ⁷). De forma que as “atividades conjuntas básicas variam desde as predominantemente físicas, como montar um suporte para TV ou tocar um dueto de piano, até as predominantemente informacionais, como negociar um preço ou trocar fofocas” (Clark, 2005, p. 509 - tradução nossa ⁸).

A coordenação das atividades cooperativas, portanto, depende da basificação de informação proposicional análoga àquela que determinaria o desenvolvimento de qualquer ação individual autónoma. Ficando basificada, tal informação age como meio de coordenação, convertendo assim facilmente uma atividade particular numa atividade participativa. No decurso de uma atividade cooperativa a basificação pode ter lugar quer pelo acesso simultâneo por via perceptiva à execução da atividade (atenção perceptiva partilhada), quer pelo intercâmbio de informações por via comunicativa. Das ações comunicativas surgem, como meios de coordenação, os já mencionados acordos explícitos, e, da confluência da atenção perceptiva dos agentes, os manifestos (ou saliência perceptiva partilhada). Ambos constituem, contudo, realidades psicológicas com díspares implicações no que tem a ver com a geração do compromisso partilhado facilitador da coordenação acional. No caso da comunicação, a iniciativa patenteada na intenção do emissor, como veremos, faz a diferença.

Quanto às outras duas soluções de coordenação, os precedentes e as convenções, elas possuem a mesma natureza e finalidade que os manifestos e os acordos explícitos, mas habitualmente não dependem da realização de ações cooperativas específicas (*ad hoc*) dentro da atividade principal. Antes, elas procedem da aplicação da representação em memória de meios de coordenação anteriores, como acontece com os precedentes; ou da assunção social dos precedentes como arquétipo de solução estabelecida para problemas de coordenação recorrentes, que é a origem das convenções⁹. Porém, ao igual que no caso dos manifestos, os precedentes e convenções também podem virar acordos explícitos se invocados intencional-

⁷ Do original: “Discourses, then, are not a distinct type of joint activity, at least if we include all communicative acts, as we must in a full account of language use”.

⁸ Do original: “... basic joint activities range from the mostly physical, such as assembling a TV stand or playing a piano duet, to the mostly informational, such as negotiating a price or exchanging gossip.”

⁹ As convenções também podem proceder, porém, de um tipo específico de acordos explícitos prévios fundamentados em último termo em atos de fala declarativos. Seriam as chamadas ‘convenções constitutivas’ (Marmor, 2009), donde emerge muita da chamada ‘realidade social’ (cf. Searle, 1995). Pelo seu alcance social, não parece frequente ou característico o estabelecimento de convenções constitutivas no decurso de uma atividade conjunta em andamento,

mente. A comunicação, de facto, consistiria na saliência deliberada de convenções, precedentes e manifestos com recurso a comportamentos ostensivos (sinais).

Na próxima epígrafe aproximar-nos-emos da especificidade que caracteriza os comportamentos da comunicação com o fim de analisar o papel que neles tem a intenção comunicativa.

5 A função da intenção da comunicação

A comunicação é, pois, um dos mecanismos que permitem aos agentes criar representações partilhadas da finalidade e progressão da atividade cooperativa a ser desenvolvida. Mas, qual a vantagem de fazer uso da comunicação se a simples perceção partilhada tem mostrado permitir uma coordenação mais eficiente (vide Brennan et al., 2008; Enfield; Sidnell, 2022, p. 30)? Parece que, para além do seu inegável papel nos casos em que o compartilhamento da atenção percetiva pode achar dificuldades operativas, como é o caso da coordenação de ações assíncronas ou sem copresença dos participantes, uma característica essencial que fornece a comunicação é a incorporação da perspetiva dos agentes face à atividade. O facto de alguém tomar a decisão de propor um posicionamento ou um curso de ação partilhados (Clark, 2006) informa também do seu interesse por realizar tal proposta e, portanto, do seu compromisso com a validade e pertinência da informação subministrada ou com a ação sugerida¹⁰. E a assunção da proposta pelo recetor, necessariamente explícita, também. Aliás, o simples facto de perceber conjuntamente uma coisa não implica que ela irá ser, subsequentemente, objeto da mesma avaliação percetivo-cognitiva. Se duas pessoas desejam introduzir num quarto uma mesa de escritório podem discrepar acerca de se a mesa irá caber pela moldura da porta ou acerca da melhor maneira de a segurarem. Também pode acontecer que uma delas duvide e deseje conhecer já de início a opinião do outro agente. Mediante a comunicação poderão contrastar as suas respectivas apreciações de forma a alcançarem um posicionamento avaliativo ou acordarem um curso operativo partilhados. Clark denomina *posicionamentos partilhados* ('joint positions') os acordos explícitos que têm por finalidade basificar experiências cognitivas; e chama "cursos de ação partilhados" ('joint courses of action') os acordos que têm por fim basificar propostas de coordenação acional. Os posicionamentos partilhados dependeriam normalmente dos atos ilocutórios que Searle (1975) denominava assertivos, expressivos e compromissivos; e os cursos de ação partilhados, dos atos ilocutórios diretivos. Os posicionamentos e cursos de ação partilhados são formas de *compromisso partilhado* ('joint commitment'), o qual é o verdadeiro concreto das atividades e ações cooperativas. Como sinala Clark, quando um sujeito assume um compromisso participativo e não faz (bem) a sua parte, ele vira responsável não apenas pelo seu próprio fracasso, mas também pelo insucesso e perda de tempo dos outros agentes envolvidos na atividade cooperativa. A participação em atividades cooperativas resta assim parte da autonomia ao indivíduo, uma vez que a responsabilização faz com que cada participante passe a ter certo controle parcial sobre os outros por ser normalmente o engajamento difícil de renegociar, de forma que o sujeito se sente obrigado a honrar o seu compromisso original com os outros agentes (Clark, 2006). A finalidade principal da comunicação, e a sua principal vantagem frente à simples perceção partilhada, seria justamente o estabelecimento de compromissos partilhados, pois

¹⁰ Cf. com o princípio de 'presunção de relevância' de Sperber e Wilson (1995, p. 156).

eles é que oferecem alguma garantia ao sujeito de que cada um dos outros participantes procurará o mesmo objetivo e fará a sua parte na atividade coletiva propositada.

Em suma, na coordenação das atividades cooperativas a atenção perceptiva partilhada serve para criar fácil e eficazmente base comum em contextos em que há copresença perceptiva dos participantes e em que o compromisso com o desempenho da atividade cooperativa se pode dar por certo, como pode ser o caso, entre outras, de atividades muito roteirizadas, formalizadas ou que já estão em andamento. Da base comum é que procedem as soluções ou meios de coordenação em que devem concordar os agentes, selecionadas dela pela sua *saliência partilhada* ('joint salience'). Para casos diferentes, em que é preciso negociar (basificar) aspectos como o propósito a ser levado à frente ou o plano de ação da atividade, a comunicação, e particularmente a comunicação verbal, seria uma alternativa preferível. As duas possibilidades convivem em diverso grau na maior parte das atividades cooperativas, como mostrava o quadro 2.

Mas devemos notar que há ainda múltiplas possibilidades intermediárias nas quais a saliência perceptiva é provocada e, portanto, há “emissor” e carácter intencional. Estas situações são normalmente consideradas formas de comunicação e abrangem um *continuum* de casos em que o protagonismo hermenêutico da intenção do emissor é gradual (Sperber; Wilson, 2015). Por exemplo, uma pessoa pode apontar com o dedo para o céu de modo a provocar atenção partilhada com outrem para uma estrela-cadente, de forma que tal informação passará a fazer parte da base comum deles (E13); ou pode também apontar para o relógio de forma a ambos basificarem a ideia de que o emissor considera que está a ficar tarde (E14). E cabe levar em conta ainda a possibilidade da linguagem não verbal, baseada em sinais gestuais convencionais, como despedir-se balançando a palma da mão (E15).

Entre a coordenação puramente desintencional e a comunicação linguística encontramos então uma gradualidade de conjunturas onde pode não existir emissor (nem intenção); pode transparecer alguma intenção em provocar atenção partilhada; ou, ainda, pode explicitar-se uma intenção cujo reconhecimento dependa exclusivamente da assunção da sua reflexividade. Todas elas, e as múltiplas situações intermediárias, se caracterizam por permitirem a coordenação acional e produzirem basificação.

QUADRO 3 – Estrutura das atividades conjuntas

Atividade conjunta	Atividade conjunta básica		Ações conjuntas [processos]			
			Posicionamentos conjuntos [conteúdos]			
	Coordenação da atividade conjunta	Coordenação predeterminada (Saliência cognitiva desintencional)	Precedentes (E2)			
			Convenções (E3, E6)			
		Coordenação “espontânea”	Saliência perceptiva desintencional	Ambiental (E1)		
				Eventual (E11, E12)		
		Mediante ações de coordenação	Saliência perceptiva de intenção inerente (E7)			
			Comunicação (acordo explícito)	Saliência perceptiva intencional (E9, E13)		
				Saliência cognitiva intencional	Associacional (E4, E8, E10, E14, E16)	
					Linguagem (E5, E15)	

Fonte: elaboração própria

Mesmo sem fácil inserção no quadro anterior, caberia mencionar ainda uma saliência intencional-eventual, que seria o caso de duas ou mais pessoas, o emissor e um ou mais receptores casuais, ou ainda simplesmente dois ou mais receptores casuais, serem testemunhas de um ato comunicativo cujo fim fosse coordenar outra atividade cooperativa diferente daquela que a partilha da nova informação contribui para desenvolver. Corresponde a casos como o da leitura moderna das *Catilinárias*, exemplo proposto em §1 ao considerar a comunicação não cooperativa. Neste caso, o recetor moderno obtém informação analisando como vários séculos antes Cícero virara salientes certos conhecimentos da base comum por ele partilhada com os membros do Senado Romano, estabelecendo assim tais conhecimentos como meios de coordenação comunicativa com os senadores. Na realidade, trata-se de situações muito frequentes no próprio dia a dia que apresentam também similitudes com a saliência perceptiva desintencional; embora no caso que nos ocupa a aquisição e partilha da informação inclua a percepção da intencionalidade presente na sua produção e seja considerada comunicação. A tradução é uma atividade que provoca amiúde tais situações¹¹; mas acontece em qualquer conjuntura em que uma pessoa seja testemunha de uma emissão comunicativa da qual ela não é destinatária. Há autores que também incluem nesta modalidade comunicativa a maior parte das formas destinadas a uma audiência múltipla (literatura, TV, discursos, etc.), nas quais cada recetor individual pode ser considerado também um recetor “espectador” (Tobin, 2014) ou “colateral” (Gerrig, 1993). Mais habitual, porém, é considerar que nestas modalidades derivadas de comunicação se produz a identificação de cada recetor particular com a figura de um recetor “modelo” ou “implícito”, desfrutando assim da experiência virtual de ser destinatário primário da mensagem. Seria justamente com o recetor ideal com quem o emissor “acreditaria” estar a fazer basificação no momento da emissão e com quem ele alcançaria um suposto “acordo explícito” (cf. Kashima, Klein; Clark, 2007). Assim, nestas situações, bem como noutras formas monológicas de comunicação, cabe entender que a configuração situacional dá lugar a uma idealização, a qual funciona por extrapolação a partir da dinâmica própria das conversas face a face. A conversa face a face, onde há sempre emissor e recetor(es) concretos e definidos, constitui no quadro teórico de Herbert H. Clark a modalidade básica de comunicação (Clark, 1996, p. 8-9).

6 A inferência intencional

Após analisarmos a função da intenção comunicativa no âmbito da coordenação acional, é oportuno examinar agora a partilha das intenções em situações a envolverem mais de um agente, para o qual é preciso compreender como um indivíduo pode inferir ou deduzir a intenção que dirige o comportamento de outro sujeito. Esta abordagem permitirá, numa etapa posterior, contextualizar de forma mais rigorosa a manifestação específica desse processo no que concerne às intenções comunicativas.

A inferência intencional consiste, em princípio, na apreensão por via perceptivo-cognitiva da intenção correspondente ao comportamento observado. Seria um processo mental parcialmente inato e característico de espécies animais avançadas, espécies com capacidade para gerarem uma representação cognitiva da representação cognitiva de outrem, ou seja,

¹¹ Cf. “tradução documentária” em Nord (2005).

de formularem uma ‘teoria da mente’. Cabe dizer que ao falar em inferência intencional o conceito de intenção é usado amiúde de maneira um tanto limitada, pois é costume julgar que a inferência apenas focaliza a parte da intenção correspondente à idealização do ponto de chegada da atividade, ou seja, a concepção volitiva do propósito. Porém, como a inferência necessariamente segue uma ordem inversa à do processo intencional e constitui uma análise realizada de uma perspectiva de terceira pessoa sobre uma experiência subjetiva, podemos supor que opera sobre a representação mental de uma atividade em execução focalizando, especificamente, aquilo que em §3 denominamos ‘intenção da execução’ ou ‘intenção-em-ação’. Isso pode ser considerado até certo ponto surpreendente, pois, com efeito, a atenção que recebe a intenção como objeto de análise em âmbitos como a comunicação costuma limitar-se à sua concepção como alvo ou escopo (Haugh, 2008), e apenas em alguns autores alcança sequer a ser contemplada teoricamente como intenção-*a-priori*, isto é, como um propósito com decisão de realização. Tal cenário implica que o objeto de análise dos pesquisadores costuma ser diferente daquilo a que tem acesso quem está a inferir a intenção associada a uma ação qualquer. Para fazer ideia da repercussão que isso poderia ter, podemos considerar que mesmo intuitivamente as pessoas fazem diferença entre os diferentes estágios do processo intencional. Judicialmente não receberia o mesmo tratamento a pessoa que tivesse valorizado a possibilidade de realizar um crime, quem tivesse decidido e estivesse em via de cometê-lo ou quem tivesse sido capturado em flagrante.

Tomasello, Kruger e Ratner (1993) diferenciavam duas formas de aprendizagem social caracterizadas pela seleção da informação comportamental que é replicada. Assim, a ‘emulação’ consistia na apreensão cognitiva dos propósitos que movem o comportamento de outro organismo e seria característica de espécies avançadas, incluindo os humanos. Por seu lado, a ‘imitação’ incluiria também a assimilação do propósito do comportamento replicado, mas acompanharia isso com a obtenção de informação correspondente à progressão do próprio comportamento, quer dizer, fazendo ideia do tipo de controle efetuado sobre a ação observada. A imitação seria caracteristicamente humana e, diferentemente da emulação, ela seria responsável pela fidelidade de transmissão necessária para que a cultura da nossa espécie tivesse virado cumulativa.

Na realidade, a intenção-em-ação não é apenas um propósito em processo de ser aplicado. Na fase de execução da ação a intenção compreende, certamente, um estado ideal de referência para os comportamentos a serem executados, mas inclui também a correção dos comportamentos para eles irem aproximando dessa referência a percepção das variáveis externas (*vide* §2). No quadro da teoria do controle perceptivo a intenção é justamente denominada ‘controle’ e, no processo cíclico de execução dos comportamentos, ela seria responsável por verificar a informação entrante por via perceptiva de modo a compará-la com o sinal de referência estabelecido e produzir a cada momento a resposta motora adequada para corrigir a própria percepção. Segundo Marken (2013), autor que compartilha esta abordagem, a forma de testar a possível intencionalidade de um comportamento virtualmente aleatório consistiria em submetê-lo a determinadas interferências ambientais com o fim de evidenciar a presença corretora na resposta motora e, portanto, a existência de controle. Por exemplo, se ao volante de um automóvel suspeitamos que outro veículo nos esteja a seguir e queremos verificar se essa fosse a sua verdadeira intenção, podemos adotar rotas menos previsíveis e ver se ele irá efetuar os correspondentes movimentos de correção. Para Marken, compreender a intenção que pode haver por detrás de um comportamento consiste em descobrir que variáveis contextuais o

organismo está a controlar, como as controla e por quê. Conhecer as variáveis que o organismo percebe e controla seria equivalente a apreciar as suas intenções (Marken, 2013, p. 270).

A presunção de controle no comportamento observado poderia entender-se parcialmente equivalente, por exemplo, dos mecanismos de inferência intencional próprios da chamada psicologia do senso comum (*folk psychology*), especificados cientificamente nos modelos teóricos conhecidos globalmente como teoria-teoria, entre os quais a ‘postura intencional’ descrita pelo filósofo Daniel Dennett:

A postura intencional funciona principalmente para coisas que são projetadas para utilizar informações a fim de cumprir sua função. Ela opera tratando o objeto como um agente racional, atribuindo-lhe “crenças”, “desejos” e “racionalidade”, e prevendo que ele agirá de forma racional. (Dennett, 2017, p. 37 - tradução nossa ¹²).

Trata-se de abordagens que assumem como método inferencial a formulação e verificação de hipóteses sobre as intenções do comportamento alheio por recurso à observação e atribuição de racionalidade ao sujeito observado, bem como a possibilidade de, nessa base, extrapolar predições acerca da progressão das suas ações imediatas. Ou seja, o processo inferencial consistiria numa versão primígena e informal do próprio método científico. A postura intencional de Dennett é particularmente interessante por ser apresentada numa espécie de escada hierárquica com diferentes níveis de abstração na análise da informação perceptiva, ligando assim a inferência intencional a outros meios de enriquecimento cognitivo de tal informação, tais como a “postura física” (inferência a partir da constituição física e leis físicas aplicáveis ao ente observado) ou a “postura de *design*”: inferência a partir da percepção do ente como desenhado para um fim determinado, como é o caso da engenharia reversa¹³. Tais recursos são interessantes porque mostram o indivíduo observador dotado de uma percepção enativa, inquisitiva e perscrutadora, qualificado para realizar uma extração “reforçada” de informação ambiental; ou seja, o sujeito é capaz de desenvolver análises cognitivas sobre os dados percebidos que lembram o funcionamento dos dispositivos tecnológicos da chamada “realidade aumentada” pela sua capacidade de enriquecer a informação entrante. Nos processos comunicativos, veremos precisamente como a profundidade e intensidade da extração de informação realizada pelo recetor a miúdo suplantam os esforços ostensivos do emissor, tal como reflete José María Gil:

...os usuários da linguagem somos tão criativos ou perspicazes que conseguimos inferir um significado intencional que não foi tornado explícito e, além disso, podemos inferir um significado não intencional que foi, sim, tornado explícito. (Gil, 2018, p. 125 - tradução nossa ¹⁴).

¹² Do original: “The intentional stance works primarily for things that are designed to use information to accomplish their function. It works by treating the thing as a rational agent, attributing “beliefs” and “desires” and “rationality” to the thing, and predicting that it will act rationally”.

¹³ Trata-se de processos cognitivos tanto espontâneos quanto científicos. Por exemplo, ao vermos alguém a brandir um pau podemos deduzir intuitivamente o que poderia acontecer se o usasse contra nós fazendo uso do conhecimento implícito sobre as leis físicas aplicáveis. Se, por outro lado, acharmos um ninho numa árvore, também poderemos normalmente deduzir numa primeira análise se tal estrutura foi projetada por algum animal.

¹⁴ Do original: “...los usuarios del lenguaje somos tan creativos o sagaces que podemos inferir un significado intencional que no se ha hecho explícito y además podemos inferir un significado no intencional que sí se hizo explícito”.

Outra conhecida abordagem inferencial ocupada com a teoria da mente compreende diversos modelos agrupados sob a denominação de ‘teoria da simulação’. A teoria da simulação propugna que o observador adota introspectivamente a perspectiva e circunstâncias do sujeito observado com o fim de gerar crenças, impulsos e processos análogos, adquirindo assim a capacidade de prever o seu comportamento. Seria um mecanismo de troca virtual de papéis também compatível com a teoria do controle perceptivo na atribuição de intenções aos organismos complexos (Willett *et al.*, 2017, p. 848). Um modelo simulatório especialmente interessante e peculiar seria a ‘simulação corporizada’, baseada na funcionalidade dos denominados ‘neurónios espelho’. Segundo este modelo, a análise de comportamentos tem como principal fundamento neural um conhecido sistema de neurónios especializados no reconhecimento imediato das ações observadas (Rizzolatti; Craighero, 2004). Encontrando-se distribuídos por áreas cerebrais diversas, os neurónios espelho apresentam a capacidade de se ativarem perante a observação de comportamentos alheios de igual forma que se tais comportamentos estivessem a ser executados pelo próprio sujeito, o qual sugere certo tipo de conceitualização no referido a modelos gerais de comportamento e tem ampla transcendência para entender e explicar aspectos como a empatia ou a imitação. A presença destas estruturas psicológicas esclarece, por exemplo, experiências como o prazer associado à contemplação de certos espetáculos esportivos, nos quais o espectador sente, e até reage às vezes, como se fizesse parte do jogo. Mediante os neurónios espelho, as experiências observadas, de terceira pessoa, são ‘traduzidas’ de alguma forma para experiências em primeira pessoa, aptas para serem aproveitadas pelo próprio sujeito.

Segundo Gallese (2019), as diferenças entre a simulação corporizada e outros paradigmas inferenciais, incluídos os outros modelos simulatórios, seriam bastante profundas, pois na simulação corporizada acontece um acesso direto à intenção do comportamento do outro que não consiste na atribuição contextualizada de atitudes proposicionais, mas na simples apreensão da própria intenção por meio de uma simulação motriz. Quer dizer, consistiria na experimentação de uma intenção-em-ação potencialmente análoga à do comportamento observado, servindo assim essa experiência como porta de acesso ao propósito correspondente. Segundo Bach e Schenke, nessas condições a atribuição do propósito depende da existência de uma espécie de banco de experiências prévias, acumuladas pelo sujeito inferente, que compreenderia representações de ações e intenções análogas. Este reservatório de vivências perceptuais e cognitivas permitiria ao sujeito na maior parte dos casos limitar o esforço cognitivo da inferência intencional a uma simples confirmação das expectativas geradas em relação à intenção em causa (Bach; Schenke, 2017). Assim, se a associação da ação observada e do propósito presumido for confirmada, ela reforçará a confiabilidade da correlação na hora de ser aplicada em futuras ocasiões; se não for, permitirá introduzir a correspondente correção no banco de experiências a fim de melhorar a sua previsibilidade. Desta maneira, a determinação do propósito da ação observada poderia ser realizada mediante algum dos processos inferenciais acima descritos, mas a empreitada ficaria abortada na maior parte dos casos logo que ficasse confirmada a identidade entre a intenção prevista e a intenção observada no comportamento em causa. Ou seja, o esforço de processamento relativo à inferência intencional ficaria reduzido em muitos casos a uma simples confirmação de hipóteses.

O modelo inferencial da simulação corporizada parece receber confirmação implícita em estudos do âmbito das neurociências, como é o caso de Enrici, Bara e Adenzato (2019). Estes autores mostram também o sistema de neurónios espelho a agir de maneira automa-

tizada e sendo complementado de forma controlada pelo que denominam ‘rede de processamento intencional’, a qual compreenderia certas áreas específicas das regiões do cérebro envolvidas na teoria da mente. Essa complementaridade seria condizente com a simulação corporizada por sugerir o emprego dos neurónios espelho para a identificação de ações e a aplicação de outros procedimentos de mais alto nível para a determinação final do propósito. Na realidade, embora as perspectivas comentadas e algumas outras abordagens sejam concebidas a miúdo como teorias rivais no que tem a ver com a modelização dos processos de inferência intencional, parece ser possível e até desejável a conciliação dos diversos quadros teóricos, pois parece provável que o sujeito inferente possa recorrer a diversas estratégias, mesmo às vezes de maneira complementar. De facto, o acesso mediante neuroimagens em condições de laboratório à rede das regiões cerebrais envolvidas na teoria da mente e na inferência intencional também mostra como parece haver um recrutamento bastante heterogéneo de diversas áreas do cérebro conforme a natureza específica do contexto, do alvo pretendido e da ação em causa (cf. Enrici; Bara; Adenzato, 2019, p. 25).

7 A intenção comunicativa

A comunicação seria uma ação conjunta (Clark, 1996, p. 2004) constituída por, quando menos, duas ações participativas: uma de tipo (codificador-)ostensivo, desenvolvida pela parte do emissor, e outra de tipo (decodificador-)inferencial, desenvolvida pelo(s) recetor(es) (Sperber; Wilson, 1995). No modelo de Clark, ambas seriam, na realidade, ações complexas a formarem uma *escada acional* (‘action ladder’) de quatro níveis funcionais interligados, sendo estes níveis suscetíveis de desagregação em algumas modalidades não básicas de comunicação. A finalidade primária dos comportamentos comunicativos seria intervir no ambiente interpsicológico com o fim de favorecer a coordenação intersubjetiva.

Como no caso de qualquer outra ação cooperativa, na comunicação os participantes devem coordenar as correspondentes ações participativas tanto em processos quanto em conteúdos; mas no caso da coordenação de conteúdos a comunicação vai apresentar uma importante peculiaridade: tal coordenação irá constituir a finalidade última da ação cooperativa. Isto é, a ação irá concluir satisfatoriamente no momento em que o intuito comunicativo do emissor, a sua “intenção”, for reconhecido pelo recetor como uma proposta de cooperação, ou seja, como um possível meio de coordenação. Trata-se, é claro, de uma proposta cooperativa no seio de uma atividade coletiva de âmbito superior (normalmente não comunicativa) que o recetor poderá assumir, virando então acordo explícito para essa atividade, ou poderá não assumir.

No que tem a ver com a coordenação de processos da comunicação, parece que ela pode ter lugar de formas diferentes segundo as características das diversas modalidades comunicativas (‘language settings’). Na modalidade básica, que como já foi mencionado, para Clark é a conversa face a face, os processos comunicativos são organizados, por um lado, mediante saliência perceptiva partilhada. Por exemplo, cada agente observa como o interlocutor acaba de falar para dar início à própria intervenção. E, por outro lado, mediante ações comunicativas de nível inferior embutidas ao longo da conversa numa espécie de *trilha* (‘track’) paralela (Clark, 2004). Em modalidades derivadas, que seriam todas as restantes configurações comunicativas, a coordenação dos processos comunicativos poderá depender de aspectos bem diferen-

tes segundo as características da ação cooperativa; mas, em qualquer caso, eles mostram-se substancialmente equivalentes na sua funcionalidade (Clark, 1996, p. 90).

Apesar de que não parece ser foco de atenção preferente para o autor norte-americano, neste trabalho tem maior interesse refletirmos acerca das características peculiares que, como vimos, apresenta a coordenação de conteúdos na comunicação. Tínhamos comentado como, em atividades cooperativas não comunicativas, os conteúdos eram coordenados mediante algum tipo de “meio de coordenação”, ou seja, possíveis soluções de coordenação das quais a mais versátil era sem dúvida o ‘acordo explícito’, solução decorrente da assunção de uma proposta cooperativa elaborada intencionalmente pelo emissor e partilhada por via comunicativa. Mas, como agora é o próprio propósito comunicativo que deve ser coordenado, ou seja, deve ser posto em comum entre os agentes para, eventualmente, virar acordo explícito; será preciso contar com, pelo menos, algum dos outros tipos de meios de coordenação: saliência perceptiva, precedentes ou convenções. O problema é que estes modelos de soluções de coordenação apresentam bastantes limitações. A saliência perceptiva partilhada, eventual ou intencional, demanda concorrência perceptiva dos agentes e costuma ficar limitada à base comum gerada por esse meio, quer dizer, às situações e acontecimentos contemporâneos da própria percepção. Por exemplo, no meio de uma reunião social podemos cruzar o olhar com um conhecido e, em seguida, dirigir a olhada energicamente para a porta de saída de modo a sugerir-lhe a possibilidade de abandonarmos o encontro (E16); mas seria bem mais complicado tentar vender-lhe um seguro de vida fazendo uso exclusivo da saliência perceptiva.

Os precedentes e convenções representam soluções predeterminadas arquivadas na memória episódica ou semântica dos participantes da ação cooperativa como parte da sua base comum, mas tais ‘roteiros’ apresentam também dificuldades, pois normalmente precisam ser tornados salientes para ambos os agentes de modo a poderem agir como meios de coordenação. Por residirem em memória, podemos pressupor que tais construtos psicológicos devem apresentar uma natureza modular e, em boa parte dos casos, articulada. Isso vai facilitar as coisas, pois permitirá combinar facilmente diferentes precedentes e convenções de forma a tentar concertar uma proposta de coordenação planificada *ex professo* para a ação ou atividade cooperativa tencionada. Mas como garantir que, dentre todas as possibilidades residentes em memória, os participantes irão convergir finalmente na mesma solução? – Nos exemplos E1, E2, E3, E11 e E12 eram adotadas soluções de coordenação cuja saliência cognitiva como ponto focal estava até certo ponto definida pela suposta assunção prévia do propósito da atividade cooperativa em andamento; mas é claro que nem sempre vai ser assim. Em muitos casos a multiplicidade e inconspicuidade das possíveis soluções não irá dar chance para a saliência cognitiva partilhada, circunstância que é justamente a mesma que restringe também as possibilidades da saliência perceptiva partilhada. Portanto, como será possível tornar saliente para outra pessoa aquilo que, na realidade, não é mais do que uma recordação subjetiva - ou mesmo uma combinação de recordações - se é que não podemos contar com a própria comunicação? — Uma das chaves, neste caso, consistirá na sinalização. Associando os precedentes ou as convenções em memória a determinados comportamentos de sinalização, poderíamos “invocá-los” a partir de tais comportamentos e, assim, transparecê-los para o receptor no momento necessário. Estes comportamentos de sinalização mesmo poderão ser articulados, como é típico da linguagem verbal (cf. Clark, 1996, p. 156), de forma a tornar manifestas ao interlocutor possíveis soluções de coordenação de carácter combinatório, quer dizer, gestadas unilateralmente pelo amalgamamento de diversos esquemas básicos de precedentes ou

convenções considerados base comum. Interessa mencionar aqui que esses esquemas básicos “predefinidos” correspondem-se principalmente com o significado do signo linguístico, sendo a associação dos significantes com estes significados (ou seja, signos linguísticos propriamente ditos) que poderemos designar como principais meios de coordenação da comunicação¹⁵.

Em todo o caso, continuará a constituir amiúde um desafio inferencial para o recetor tentar concretizar e aplicar o que não é mais do que um esquema abstrato que o emissor acredita ligado de alguma forma à demanda de coordenação vigente. Mas será um desafio ineludível, pois parece preciso que os agentes envolvidos cheguem a partilhar uma representação bem definida do que pretendem realizar. Se repararmos, veremos que da mesma forma que em E16 o emissor simplesmente apontava o olhar para a porta de saída e, dessa maneira, conseguia tornar saliente o seu compromisso com a proposta cooperativa de os dois agentes abandonarem a reunião, o emissor que faz uso da linguagem verbal “aponta” também com ela para certas áreas dos registos de memória que considera base comum com o recetor. Pretende assim salientar algum esquema de coordenação predefinido (ou configurado a partir de esquemas preexistentes) com a esperança de conseguir evocar alguma possível solução para a coordenação da atividade cooperativa em causa, a qual pode envolver tanto a execução de ações operacionais quanto simplesmente informacionais. Em qualquer caso, como no caso da saliência percetiva intencional, também os modelos predefinidos, ou arquétipos, de soluções de coordenação - precedentes e convenções - precisam ser adaptados e atualizados na hora de serem aplicados para a coordenação de atividades concretas. Apontar o olhar para a saída fazia com que emissor e recetor emprestassem atenção para a mesma representação mental; mas o recetor devia ainda deduzir a partir da análise do conjunto da situação comunicativa e da base comum de ambos qual era a proposta cooperativa implícita no comportamento do emissor. Igualmente, mediante o emprego de um sinal composto a partir de soluções predefinidas presentes na base comum (uma mensagem linguística), o emissor irá conseguir também “forçar” o convivenciamento de uma mesma representação mental, a qual espera que irá ter a capacidade de suscitar *a posteriori* a evocação por parte do recetor da proposta concreta de coordenação oferecida. Mas como é que tal emparceiramento acontece?

Como vimos na epígrafe anterior, a denominada por Searle ‘intenção-em-ação’ tem muita probabilidade de ter mais protagonismo na apreensão da ‘intenção-a-priori’ do que inicialmente costuma ser considerado. Nas abordagens tradicionais considera-se que a atribuição de intenção ao emissor depende diretamente da análise das ações dele e do contexto situacional. Porém, especialmente no caso das convenções linguísticas, parece plausível considerarmos aqui que a replicação neural do controle efetuado pelo emissor sobre o seu comportamento ostensivo permita ao recetor uma primeira apreensão “imediata” do conteúdo proposicional, produzindo-se assim um alinhamento conceitual entre ambos que a posterior análise *top-down* da mensagem e do seu contexto permitirá, na maior parte dos casos, confirmar sem necessidade de esgotar o processamento. Quer dizer, o processo de apreensão

¹⁵ Por exemplo, a ideia concreta de “deter o automóvel”, implantada na mente de um motorista e de um polícia de trânsito a levantar a mão ao pé da estrada permite coordenar tal atividade conjunta. Mas a presença dessa intenção na mente dos dois participantes só fica garantida pelo recurso a uma convenção abstrata, “deter automóvel”, que se caracteriza por ficar associada com outra convenção abstrata (“levantar mão”), sendo que esta última corresponde bastante fielmente a um comportamento ostensivo concreto. Este comportamento, a ação de alçar a mão, pode ser efetuado pelo policial para invocar então a ideia de “levantar mão”, “deter automóvel” e, finalmente, a proposta cooperativa “detenha o automóvel”.

das que denominamos ‘soluções arquetípicas’ para problemas recorrentes de coordenação comunicativa (basicamente, o significado linguístico tradicional ou *intensão*) poderia ser em grande medida decursivo da simples reverberação da intenção-em-ação no sistema de neurónios espelho do recetor. Ao recetor caberia, então, deduzir qual a maneira mais adequada de atualizar esses esquemas predefinidos, ajustando-os finalmente à coordenação das respetivas atividades cooperativas. Tudo irá depender, em último termo, do carácter articulado e biplânico do signo linguístico, o qual poderia dessa forma facilitar um trânsito quase imediato de esquemas cognitivos abstratos entre os agentes sem necessidade de proceder-se à codificação e decodificação da mensagem.

A hipótese tracejada no parágrafo anterior, de natureza obviamente muito especulativa, levanta profundas implicações para a valorização da relação entre pensamento e linguagem. Acontece que a possibilidade de ter lugar uma materialização imediata da intenção-em-ação do emissor nas estruturas neurais do recetor sem necessidade de a mensagem ser analisada, como vimos em §6 que pode acontecer com outros comportamentos não comunicativos, demandaria um tipo de determinismo linguístico que não abrangeria apenas os processos de categorização da realidade. As próprias relações e regras linguísticas deveriam idealmente se corresponder também quase mimeticamente com, pelo menos, parte dos processos de pensamento (p. ex. Devitt; Sterelny, 1987) ¹⁶. Estaríamos assim perante uma replicação em baixo nível similar à instalação de um novo programa informático num computador, o qual é copiado bit a bit a alta velocidade e fica imediatamente disponível e funcional no novo aparelho sem necessidade de os seus algoritmos serem analisados. Ou seja, segundo a hipótese bosquejada, graças aos neurónios-espelho, a simples exposição à estrutura linguística da mensagem do emissor “espelharia” na mente do recetor, sem qualquer outro processamento prévio, uma primeira imagem mental, arquetípica e abstrata, do tipo de solução de coordenação que a essa estrutura se associa.

Contudo, como comentámos, a transferência desse esboço de solução de coordenação configurado pelo emissor, ou seja, o significado proposicional, tanto se tiver lugar por “espelhação” quanto se acontecer por decodificação, como é largamente consensual na linguística, não esgota o processo necessário para coordenar a atividade cooperativa vigente. Lembremos que tal esquema é constituído apenas por uma série de representações conceituais incompletas, como acontece com qualquer ideação de natureza convencional; mas a atividade vai apresentar umas necessidades de coordenação, concretas e definidas, que será preciso levar em conta. Portanto, costuma ser proposta uma fase, normalmente denominada “inferencial” (Sperber; Wilson, 1995), que teria por fim a atualização do esquema de coordenação predefinido após a sua replicação na mente do recetor e de acordo com as necessidades de coordenação existentes. Definir como é que tem lugar tal adaptação é precisamente o objetivo da pragmática, que costuma enfocá-lo como o reconhecimento da intenção do emissor, ou seja, da ação cooperativa concreta que o emissor propõe ou acaba por se supor que propõe. Seria um trânsito do semântico para o real. Em princípio, a inferência da proposta do emissor deve compreender necessariamente a referenciação, desambiguação de referentes e

¹⁶ Teria interesse refletir sobre como se pode compatibilizar tal conceção com a ideia de uma gramática emergente, surgida como abstração a partir das representações mentais das interações linguísticas a que foram expostos os indivíduos de uma mesma comunidade, tal como defendem as perspetivas cognitivas baseadas no uso (*usage-based*).

enriquecimento de referências incompletas; mas também a determinação das implicaturas. Para Sperber e Wilson, por exemplo, o critério a ser adotado para atingir o significado pragmático consiste fundamentalmente na aplicação do denominado *princípio de relevância*. Ora bem, como recolhem Stolk, Bašnáková e Toni (2022), os humanos carecemos de um detetor universal de relevância e o próprio contexto não é menos ambíguo do que os sinais transmitidos pelo emissor (vide também Levinson, 1989). Então, como é que os falantes conseguem, afinal, definir uma proposta cooperativa comum, a qual, no quadro teórico que seguimos, equivale ao significado pragmático ou final da comunicação?

Partindo de perspectivas diversas e incorporando informação procedente da neurolinguística, muitos autores atualmente encaram a comunicação a partir do que podemos denominar alinhamento conceitual, quer dizer, a confluência dos estados psicológicos do emissor e do recetor. Expostos a um mesmo contexto perceptivo e cognitivo, os agentes comunicativos estariam a demarcar uma mesma base neural a partir da qual os resultados dos processos inferenciais seriam previsíveis. Os membros de uma mesma comunidade linguística, por terem sido expostos a experiências interacionais similares, partem de formas de categorização, modelos de perspetivação conceitual e estruturas conceituais análogas, para além das que já apresentam por compartilharem uma mesma base genómica e experiências ambientais básicas enquanto seres vivos e membros da espécie humana. A remissão para o conjunto destas estruturas mentais em comum, ativadas inicialmente como intenção-em-ação do desempenho comunicativo do emissor, pode servir para provocar a convergência mental necessária para facilitar a inferência, uma inferência que faria parte do próprio processo de análise situacional do recetor. Ou seja, o significado proposicional salientado pelo emissor seria incorporado pelo recetor junto com o resto da informação situacional na delimitação de uma possível “solução” para o problema de coordenar os estados mentais de ambos os agentes com vistas a resolver algum outro problema de coordenação de ordem superior. A ideia que pretendemos salientar é que a mensagem do emissor apenas seria mais um dos elementos contextuais que permitem ao recetor realizar a análise do conjunto da situação partilhada e extrair dela a informação pertinente mediante um processo não substancialmente diferente do que o recetor teria desenvolvido ao realizar qualquer outra análise situacional. Stolk, Verhagen e Toni (2016), por exemplo, mostram como, mais do que completar o significado fornecido por via linguística, a fase inferencial constitui o verdadeiro núcleo da comunicação, sendo o comportamento ostensivo do emissor não mais do que um meio para facilitar a inferência ao restringir as eventuais interpretações que a situação sugere ou, poderíamos dizer aqui, ao reduzir as possíveis formas de se coordenarem os agentes. Ou seja, o objetivo de coordenar-se numa determinada situação já delimita por si mesmo um número de pontos de equilíbrio possíveis para tal coordenação. Isso implica, a nosso ver, a consideração final da comunicação como um desenvolvimento que em último termo seria protagonizado pelo próprio recetor e descansaria fundamentalmente em processos que noutras situações ele mesmo poderia desenvolver de modo autónomo.

Como já propúnhamos num trabalho prévio, a comunicação deve consistir, na realidade, em que emissor e recetor, situados perante restrições funcionais reconhecidamente análogas, acabem por apresentar desenvolvimentos informativos homólogos (Pérez-Rodríguez, 2016). Isto é, depois de garantida a presença de suficiente base comum, a proposta cooperativa apontada pelo emissor seria deduzida pelo recetor a partir do próprio contexto, e o papel do emissor consistiria simplesmente em contribuir para basificar esse contexto, se

for preciso mediante várias ações comunicativas sucessivas de basificação. Nesse quadro, as ações comunicativas singulares apenas seriam comportamentos acrescidos para favorecer a saliência perceptivo-cognitiva partilhada dos elementos contextuais sobre os quais terão lugar as inferências do recetor. Esta forma de ver as cousas tem a vantagem adicional de constituir uma conceção da comunicação mais parcimoniosa por convergir com o funcionamento que se pode atribuir também à atenção partilhada eventual e incorporar assim tanto a comunicação quanto a saliência partilhada como modalidades funcionais do procedimento geral de inferência intencional definido por Marken (vide §6) e, de modo mais geral, como simples concreções dos próprios processos perceptivo-cognitivos dos sujeitos. A ideia básica é que a replicação da intenção-em-ação do emissor nas estruturas cognitivas do recetor facilita (em diverso grau) que os agentes se encontrem finalmente em posição de convergirem numa mesma solução de coordenação, tal como vimos que acontecia nos casos de coordenação sem comunicação: exemplos E1, E2, E3, E6, E11 ou E12.

8. Conclusões

Podemos deduzir que todo o meio de coordenação, que, como vimos, consiste na representação mental compartilhada da solução para um problema de coordenação determinado, implica também a coordenação do(s) motivo(s) (vide §3), ou seja, a partilha da representação mental da situação de partida e da situação ideal de chegada — o(s) propósito(s) — relativas à ação coletiva a ser realizada. Isso é assim porque é essencial ao próprio conceito de solução a informação acerca do problema concreto que ela permite resolver. Um meio de coordenação, portanto, deve consistir na versão partilhada do que em §3 denominámos ‘plano de intervenção’ associada ao compartilhamento do(s) motivo(s). O plano de intervenção partilhado deve concretizar-se em tempo de execução na coordenação de processos, e o motivo partilhado, convertido em intenção-*a-priori* partilhada por acordo explícito ou tácito entre os agentes, presidirá a coordenação de conteúdos. Por sua vez, a coordenação de conteúdos dependerá, sobretudo, da prévia assunção de posicionamentos partilhados, enquanto a coordenação de processos irá decorrer tanto do estabelecimento de cursos de ação partilhados (vide §5) quanto da determinação de posicionamentos partilhados, mormente avaliativos. Posicionamentos e cursos de ação partilhados em tempo de execução, por conseguinte, constituem o que podemos aqui denominar *meio de coordenação-em-ação*, quer dizer, a atualização e desenvolvimento cognitivo do meio de coordenação como estruturação psicológica partilhada a coordenar as respetivas intenções-em-ação e consequentes ações participativas de cada agente.

A originalidade das ações comunicativas relativamente às outras ações coletivas consiste em que a função delas é justamente facilitar a saliência partilhada de possíveis soluções de coordenação para atividades cooperativas, e isso implica que a própria comunicação, por sua vez, deve depender em última análise de formas de coordenação mais básicas. No que tem a ver com os conteúdos, verificamos que, perante a presença de manifestações ostensivas por parte de um agente emissor, o recetor não precisará motivar-se nem concordar com ele para passar a adotar imediatamente um enfoque inferencial, e isso com independência da proposta cooperativa eventualmente veiculada. Portanto, neste sentido consideramos que estamos em face de supostos meios de coordenação comunicativa que seriam preestabelecidos e implícitos. O facto de uns sujeitos exibirem intenções comunicativas e os outros

“reagirem” realizando inferências, sem a necessidade de se porem previamente de acordo nessa complementaridade, implica predeterminação e, muito provavelmente, inatismo. Essa é uma singularidade importante das ações comunicativas que pouco tem sido frisada e ela se liga facilmente ao carácter inespecífico da “reação” do recetor, pois, na realidade, o recetor simplesmente passa a adotar uma postura intencional em relação a um agente integrante da sua experiência cognitiva, tal e como faria em situações não comunicativas.

Ora bem, resta por ver se a exibição da intenção do emissor teria por finalidade reclamar a solidariedade interpretativa e perlocutória do recetor ou, simplesmente, “interferir” na sua apreensão da realidade, quer com vistas a “influenciar” o seu comportamento, como poderia fazer uma loba a rosnar na boca do covil, quer para condicionar algum aspecto concreto da base comum de forma a “manipular” o ambiente interpsicológico. É habitual admitir-se que o carácter reflexivo atribuído à comunicação (intenções que pretendem ser reconhecidas como intenções que pretendem ser reconhecidas) fica associado cognitivamente a uma dimensão cooperativa transversal que, em último termo, teria um carácter instintivo no conjunto da espécie humana (Tomasello, 2009). Nesse sentido, a diferença entre reconhecer uma intenção comunicativa que pretende ser reconhecida e reconhecer uma intenção que pretende ser reconhecida como intenção que pretende ser reconhecida tem a ver, justamente, com a incorporação da agencialidade do emissor na determinação do sentido final da comunicação. Isso implica que o recetor poderá modelizar a estratégia de cooperação do emissor com a própria inferência (por exemplo, prevendo a otimização da relevância informativa da sua contribuição) e empregá-la como indício inferencial. Por outras palavras, o sentido final de uma ação comunicativa consistiria também num ponto de Schelling, ou seja, uma solução concertada determinada pela suposição de cada agente de que o outro é um sujeito predisposto a adotar uma estratégia de cooperação complementar. Assim, saber que o emissor está a cooperar com a inferência, e que ele sabe que o recetor sabe disso, permitiria discriminar dentre todas as possíveis situações de equilíbrio aquela que maximiza os interesses comuns. Porém, como vimos, há sérias dúvidas não quanto à possibilidade, mas sim quanto à universalidade desse modelo de comunicação. Parece que se está a obviar que o esperável de qualquer ação de coordenação comunicativa é que ela sirva para dar saliência ao meio de coordenação de alguma atividade cooperativa e que, tal limitação, já supõe um filtro importante inserido no próprio contexto. Ou seja, consideramos que, antes do que esperar informação “relevante” *per se*, as expectativas do recetor estarão focadas na possível saliência de algum meio de coordenação dentre as diversas possibilidades de coordenação que o contexto situacional permitir. Mesmo no caso de a proposta cooperativa do emissor consistir apenas no desenvolvimento de base comum pessoal entre os agentes, ou seja, numa simples trasfega de informação, caberá esperar a restrição da informação subministrada em função das possibilidades de coordenação existentes. Nesse caso, as possibilidades de coordenação viriam determinadas primariamente pela ‘analogia funcional’ (Pérez-Rodríguez, 2016), ou seja, pela estruturação concomitante dos sistemas culturais dos agentes e pelas possibilidades que este quase nivelamento prévio oferece para o desenvolvimento de nova informação mediante processos inferenciais. De modo geral, a maximização da relevância informativa atribuível ao contributo do emissor seria assim, não o alicerce imprescindível para a inferência intencional, mas

um epifenômeno derivado da preexistência das mencionadas restrições contextuais em relação às atividades que podem ser desenvolvidas.

No que tem a ver com os meios de coordenação predeterminados, os precedentes e as convenções (vide §5 e quadro 3), vimos como eles consistem em esquemas abstratos e como, na realidade, apenas deveriam ser considerados meios de coordenação quando concretizados como estados mentais focados na resolução de problemas específicos, ou seja, quando “invocados” contextualmente, o qual supõe certa afinidade com a atenção partilhada. Tanto o compartilhamento de tais concretizações quanto a saliência decorrente da atenção partilhada, enquanto meios de coordenação, constituem intenções *a priori* coletivas, da mesma forma que os acordos explícitos surgidos da atividade comunicativa, na qual a intenção *a priori* atribuída a um único agente (a intenção comunicativa) dá também lugar a uma intenção partilhada. Assim sendo, se reconhecermos que a comunicação depende na realidade do alinhamento conceitual dos agentes, fruto do convivenciamento da situação comunicativa, e que os comportamentos comunicativos do emissor apenas constituem uma percentagem variável do acúmulo de estímulos situacionais que participam de tal alinhamento, iremos ver que o peso da intenção comunicativa no sucesso da comunicação fica relativizado. Há “intenção”, se a entendermos como uma proposta de solução de coordenação de concepção inicialmente unilateral, porque tal característica foi justamente empregue como critério para tentar diferenciar a comunicação da posta-em-comum que caracteriza também outros meios de coordenação análogos nos quais não se verifica a iniciativa do emissor; mas, a nosso ver, a intenção comunicativa não é essencialmente autoexplicativa, uma vez que o recetor pode e costuma fazer uso de outras estratégias para identificá-la. Mais característico, na hora de delimitar a comunicação, do que a participação da intenção do emissor na determinação do sentido final da inferência que o recetor faz, seria o compromisso que qualquer intenção comunicativa sempre envolve. É um compromisso (com a ação cooperativa proposta) derivado da iniciativa assumida pelo emissor, ou seja, do interesse especial que lhe é suposto por ter-se engajado na missão de virar saliente um determinado meio de coordenação. Portanto, podemos afirmar que a iniciativa do emissor situaria o recetor claramente num contexto cooperativo, mas não necessariamente de cooperação comunicativa.

Consequência adicional de fundamentar a comunicação na analogia cognitiva que parte do alinhamento conceitual dos agentes é que essa confluência irá implicar, a nosso ver, uma reconsideração do seu carácter cooperativo, mesmo que tal redefinição puder se afigurar contraintuitiva. Obviamente, como vimos de comentar, o que reconhecemos convencionalmente como comunicação envolve necessariamente a participação ativa do emissor por ser esse justamente o critério para defini-la; mas se, como vimos em §7, o arcabouço do processo comunicativo depende essencialmente dos procedimentos de análise contextual do recetor, parece possível passar a relativizar parcialmente o papel das ações específicas do emissor. Clark (1996, p. 31, 130), como é habitual no âmbito da pragmática, concebia a comunicação como uma atividade conjunta e, portanto, detentora do maior grau de cooperatividade, ao estilo, por exemplo, de uma compra e venda, ou como o transporte de uma liteira. Seriam atividades que necessariamente envolvem mais de um agente. Porém, do nosso ponto de vista parece mais adequado equiparar a comunicação com uma atividade cooperativa em que um dos agentes assista o outro, ou seja, com certa tendência para a simples adaptatividade (vide Clark, 1996, p. 61-62). Seria uma cooperação assimétrica que poderíamos aqui definir como ‘assistencial’. Por exemplo, uma pessoa jovem pode ajudar um idoso a caminhar e isso nor-

malmente aumentará as chances de o idoso conseguir fazê-lo com sucesso; mas as pessoas idosas também podem amiúde (embora nem sempre) caminhar sozinhas, enquanto a ação participativa dos ajudantes é que vai ser sempre incompatível com um desempenho individual. Da mesma maneira, no caso da comunicação, a inserção situacional dos comportamentos do emissor costuma incrementar muito a possibilidade de o recetor fazer ideia de como proceder para cooperar na realização de alguma atividade coletiva; mas o papel do contributo do emissor para a inferência não é fixo, como já vimos; antes ele é percentualmente variável de acordo com a explicitude dos restantes componentes contextuais. Mesmo vimos ao longo do trabalho como há muitas situações em que o meio de coordenação é determinado de forma exclusivamente contextual, sem que seja possível falar na figura de um emissor. O único invariável em todos os casos é o processo de análise situacional desenvolvido pelo recetor, o qual, se não depende ineludivelmente da intenção do emissor em termos funcionais, também não admira que seja capaz de ultrapassar informativamente a simples captação da sua proposta cooperativa, tal como acontece no caso das denominadas implicaturas fracas.

Em consequência, a comunicação é necessariamente cooperativa porque o conceito de comunicação foi convencionalmente definido para ficar restrito aos casos em que é evidenciada a presença da intenção de salientar uma solução de coordenação (intenção comunicativa) por parte de um emissor. Porém, enquanto ação cooperativa, a comunicação apresenta um grau de cooperatividade algo menor do que habitualmente lhe é atribuído; e isso é assim porque o recetor desenvolve também um papel mais proeminente do que usualmente lhe é concedido. Portanto, o marco conclusivo deste estudo permite já afirmar que as transferências desintencionais de informação, justamente por serem desintencionais, não fazem parte, estritamente falando, das soluções de coordenação cuja saliência depende exclusivamente do fenómeno delimitado e apelidado de 'comunicação'; mas tanto elas quanto a comunicação propriamente dita seriam primária e essencialmente resultância dos aprofundados processos de análise situacional do recetor. Ou seja, deixando de parte a explicitação do compromisso com o projeto cooperativo em questão, que tem repercussão perlocutória, a comunicação intencional e a chamada 'comunicação desintencional' não constituem realidades completamente discretas nem revelam diferenças qualitativas substanciais no que se refere à sua dimensão informativa.

Referências

ASHBY, W. R. *Introduction to Cybernetics*. Londres: Chapman & Hall, 1964.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, Amesterdão, v.50, n.2, p. 179-211, 1991.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 2. ed., 1975.

BACH, P.; SCHENKE, K. C. Predictive social perception: Towards a unifying framework from action observation to person knowledge. *Social and Personality Psychology Compass*, Hoboken, v. 11, n.7, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/spc3.12312>

BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, Washington D.C., v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977.

- BANGERTER, A.; CLARK, H. H. Navigating joint projects with dialogue. *Cognitive Science*, Medford, v. 27, n. 2, p. 195–225, 2003. DOI: https://doi.org/10.1207/s15516709cog2702_3
- BRATMAN, M. Shared Cooperative Activity, *The Philosophical Review*, Durham, v. 101, n. 2, p. 327–341, 1992.
- BRENNAN, S. et al. Coordinating cognition: The costs and benefits of shared gaze during collaborative search. *Cognition*, Amesterdão, v. 106, n. 3, p. 1465–1477, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2007.05.012>
- BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. London, New York: Routledge, 2014.
- CLARK, H. H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CLARK, H. H. Pragmatics of Language Performance. In: HORN, L. R.; WARD, G. (orgs.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 365–382.
- CLARK, H. H. Coordinating with each other in a material world. *Discourse Studies*, Sage Publications, vol. 7, n. 4/5, 2005, pp. 507–525. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461445605054404>
- CLARK, H. H. Social actions, social commitments. In: LEVISON, S. C.; ENFIELD, N. J. (orgs.) *Roots of human sociality: Culture, cognition and interaction*. Oxford: Berg Publishers, 2006. p. 126–150.
- CLARK, H. H.; BRENNAN S. Grounding in communication. In: RESNICK L.; LEVINE J.; TEASLEY S. (orgs.). *Perspectives on socially shared cognition*. Washington: American Psychological Association, 1991. p. 127–149.
- CLARK, H. H.; SCHAEFER, E. F. Collaborating on contributions to conversations. *Language and cognitive processes*, Oxfordshire, v. 2, n. 1, p. 19–41, 1987.
- CORNO, L. The best-laid plans: Modern conceptions of volition and educational research, *Educational Researcher*, Washington D.C., v. 22 n.2, p. 14–22, 1993.
- CROFT, W. *Explaining Language Change: An Evolutionary Approach*. Harlow: Longman, 2000.
- DENNETT, D. C. *From bacteria to Bach and back: The evolution of minds*. Nova Iorque: WW Norton & Company, 2017.
- DEVITT, M.; STERELNY, K. *Language and Reality*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. *Consequences of language: From primary to enhanced intersubjectivity*. Cambridge: MIT Press, 2022.
- ENRICH I.; BARA B. G; ADENZATO M. Theory of Mind, pragmatics and the brain: Converging evidence for the role of intention processing as a core feature of human communication. *Pragmatics & Cognition*, Amesterdão, v. 26, n. 1, p. 5–38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1075/pc.19010.enr>
- FLÓREZ-ALARCÓN, L., La intencionalidad de la acción en el proceso motivacional humano, *Psychologia*, Bogotá, v. 12, n. 2, pp. 115–135, 2018. DOI: <http://doi.org/10.21500/19002386.3973>
- GALLESE, V. Embodied Simulation. Its Bearing on Aesthetic Experience and the Dialogue Between Neuroscience and the Humanities. *Gestalt Theory*, Varsóvia, v. 41, n. 2, p. 113–127, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2478/gth-2019-0013>
- GEURTS, B. Communication as commitment sharing: speech acts, implicatures, common ground. *Theoretical linguistics*, Berlim, v. 45, n. 1–2, p. 1–30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1515/tl-2019-0001>

- GERRIG, R. J. *Experiencing Narrative Worlds: On the Psychological Activities of Reading*. Boulder: Westview Press, 1993.
- GIL, J. M. Significados no intencionales: de la exclusión a la inclusión. *Diánoia*, México D.F., v. 60, n.74, pp. 53-80, 2015.
- GIL, J. M. Sobre la comunicación no intencional, *Praxis Filosófica*, Cáli, v. 47, pp. 113-135, 2018.
- GILBERT, M. *On Social Facts*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- GRICE, P. Logic and conversation, In: COLE P.; MORGAN J. L. (orgs.) *Syntax and Semantics*, Vol. 3, *Speech Acts*, Nova lorque: Academic Press, pp. 41-58, 1975.
- GRICE, P. Meaning. *The Philosophical Review*, v. 66, n. 3, p. 377-388, 1957.
- HAUGH, M. The place of intention in the interactional achievement of implicature. In: KECSKÉS, I.; MEY, J. (orgs.). *Intention, Common Ground and the Egocentric Speaker-Hearer*. Nova lorque: De Gruyter Mouton, 2008. p. 45-86.
- HAUGH, M. Intention(ality) and the conceptualization of communication in pragmatics. *Australian Journal of Linguistics*, Abingdon, v. 29, n.1, p. 91-113, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/07268600802516301>
- HECKHAUSEN, H.; GOLLWITZER, P. M. Thought contents and cognitive functioning in motivational versus volitional states of mind. *Motivation and Emotion*, Nova lorque, v. 11, n. 2, p. 101-120, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00992338>
- JACOB, P. Intentionality. In: ZALTA E. N. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2019 Edition) Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/intentionality/>>. Acesso em: 10 de jan. 2024.
- KANO, F.; KAWAGUCHI, Y.; YEOW, H. Experimental evidence for the gaze-signaling hypothesis: White sclera enhances the visibility of eye-gaze direction in humans and chimpanzees. Disponível em: < <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2021.09.21.461201v1> > *bioRxiv*, Acesso em: 22 jan. 2024, 2021.
- KASHIMA, Y., KLEIN O.; CLARK, A. E. Grounding: Sharing information in social interaction, In: FIEDLER K. (org.) *Social Communication*. Nova lorque: Psychology Press. 2007, p. 27-77.
- KHALIL, L. M. G. As noções de intenção e intencionalidade sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional: reflexões teóricas e análise de duas situações de interação. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 351-370, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.2.351-370>
- KUHL, J. Action control: The maintenance of motivational states. In: HALISCH, F.; KUHL, J. (orgs.) *Motivation, Intention, and Volition*. Heidelberg: Springer-Verlag, 1987. p. 279-291.
- LEVINSON, S. A review of Relevance. *Journal of Linguistics*, v. 25, n. 2, p. 455-472, 1989.
- LEWIS, D. K. *Convention: A Philosophical Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- MARKEN, R. S. Making inferences about intention: perceptual control theory as a “theory of mind” for psychologists, *Psychological Reports*, Thousand Oaks, v. 113, n. 1, pp. 257-274, 2013. DOI: <https://doi.org/10.2466/03.49.PRO.113x14ZO>
- MARMOR, A. *Social Conventions. From Language to Law*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

- NORD, C. *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdão/Nova Iorque: Rodopi, 2005.
- PACHERIE, É. The role of emotions in the explanation of action. *European Review of Philosophy*, Stanford, v. 5, p. 53-92, 2002.
- PÉREZ-RODRÍGUEZ, J. H. La analogía funcional como estrategia de replicación de la información cultural. *El Genio Maligno: revista de humanidades y ciencias sociales*, v. 19, p. 79-95, 2016.
- POWERS, W. T. *Behavior: The Control of Perception*. Chicago: Aldine de Gruyter, 1973.
- RIZZOLATTI, G.; CRAIGHERO, L. The mirror-neuron system, *Annual Review of Neuroscience*, v. 27, n. 1, p. 169-192, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.27.070203.144230>
- ROSENBERG, M. J.; HOVLAND, C. I. Cognitive, Affective and Behavioral Components of Attitudes. In: ROSENBERG, M. J.; HOVLAND, C. I. (org.), *Attitude Organization and Change: An Analysis of Consistency Among Attitude Components*. New Haven: Yale University Press, 1960. p. 938-955.
- ROSENBLUETH, A.; WIENER, N.; BIGELOW, J. Behavior, Purpose and Teleology. *Philosophy of Science*, Cambridge, vol. 10, n. 1, pp. 18-24. 1943. DOI: <https://doi.org/10.1086/286788>
- SCHELLING, T. C. *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- SEARLE, J. R. A Taxonomy of Illocutionary Acts, In: GUNDERSON, K. (org.), *Language, Mind, and Knowledge*, v. 7, Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1975. p. 344-369.
- SEARLE, J. R. The intentionality of intention and action. *Cognitive science*, Medford, v. 4, n. 1, p. 47-70, 1980.
- SEARLE, J. Collective Intentions and Actions, In: COHEN, P. R.; MORGAN, J.; POLLACK, M. *Intentions in Communication*. Cambridge: MIT Press, 1990, p. 401-415.
- SEARLE, J. R. *The Construction of Social Reality*. Nova Iorque: Free Press, 1995.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance, Communication & Cognition*, Oxford-Cambridge: Blackwell, 2 ed., 1995.
- SPERBER, D.; WILSON, D. Beyond speaker's meaning. *Croatian Journal of Philosophy*, Zagrebe, v. 15.2, n. 44, p. 117-149, 2015.
- STALNAKER, R. Assertion. In: COLE, P. (org.). *Syntax and Semantics IX: Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press, 1978. p. 315-332.
- STOLK, A.; VERHAGEN, L.; TONI, I. Conceptual alignment: How brains achieve mutual understanding. *Trends in Cognitive Sciences*, Kidlington, v. 20, n. 3, p. 180-191, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.11.007>
- STOLK, A.; BAŠNÁKOVÁ, J.; TONI, I. Joint epistemic engineering: The neglected process of context construction in human communication. In: GARCÍA, A. M.; IBÁÑEZ, A. (orgs.) *The Routledge Handbook of Semiosis and the Brain*, v. 17, 2022. Disponível em <<https://psyarxiv.com/rwfe6/>> Acesso em: 6 de fev. 2024.
- SVENNEVIG, J. *Getting acquainted in conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.
- TAILLARD, M. Beyond communicative intention. *UCL Working Papers in Linguistics*, Londres, v. 14, p. 189-207, 2002.

TOBIN, V. Readers as overhearers and texts as objects: joint attention in reading communities. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 179-198, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2014v18n34p179>

TOMASELLO, M. *Why We Cooperate*. Cambridge: MIT Press, 2009.

TOMASELLO, M.; KRUGER, A. C.; RATNER, H. H. Cultural learning. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 16, n. 3, p. 495-511, 1993.

TVERSKY, B. Some ways that maps and diagrams communicate. In: Freksa, C. et al. (orgs.) *Spatial Cognition II*. Berlin, Heidelberg: Springer, 2000. p. 72-79.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana*. Tradução: CABRAL, A. São Paulo: Culprix, 1973.

WILLETT, A. B. et al. Control blindness: Why people can make incorrect inferences about the intentions of others. *Attention, Perception, & Psychophysics*, Nova Iorque, v. 79, n. 3, p. 841-849, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13414-016-1268-3>